



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

MARIA VALÉRIA BARROS DA SILVA

LINHA DE PESQUISA

Conservação do Meio Ambiente e Sustentabilidade dos Ecossistemas

**ANÁLISE DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DA FLORESTA
ATLÂNTICA NA ALDEIA MONTE MOR, RIO TINTO – PB**

GUARABIRA – PB
2013

MARIA VALÉRIA BARROS DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DA FLORESTA ATLÂNTICA NA
ALDEIA MONTE MOR, RIO TINTO – PB**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso – TCC à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III Guarabira/PB, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação do Professor Ms. Hélio de França Gondim.

**GUARABIRA – PB
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S587a

Silva, Maria Valéria Barros da

Análise do processo de degradação da floresta atlântica na aldeia Monte Mor, Rio Tinto – PB / Maria Valéria Barros da Silva. – Guarabira: UEPB, 2013.

76f. :il.; Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Ms. Hélio França Gondim.

1. Degradação Ambiental 2. Floresta Atlântica
3. Sustentabilidade I. Título.

22.ed.CDD 363.7

MARIA VALÉRIA BARROS DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DA FLORESTA
ATLÂNTICA NA ALDEIA MONTE MOR, RIO TINTO – PB**

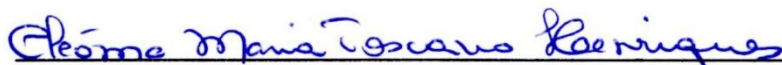
Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso – TCC à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III Guarabira/PB, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação do Professor Ms. Hélio de França Gondim.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Hélio de França Gondim (Orientador)
Mestre em Geografia PPGG/UEPB
Departamento de Geografia - CH/UEPB



Prof.ª Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques (Examinador)
Especialista em Análise Ambiental – UEPB
Departamento de Geografia – CH/UEPB



Thamires Batista Moura (Examinadora)
Graduada em Geografia pela UEPB
(Convidada)

GUARABIRA - PB
2013

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, João Batista e Marileide, que me inspiram a ter garra e determinação quanto aos meus objetivos, a minha irmã, Vivian, por tudo o que nossa amizade representa. Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Jeová, nosso Deus amado, que me ajuda a suportar as dificuldades e a superar os desafios com Fé e esperança.

Aos meus pais, João Batista e Marileide, por seu amor incondicional, pela paciência, incentivo, esforço e dedicação.

A minha irmã, Vivian, por seu altruísmo e momentos de descontração.

A minha avó, Severina, que tanto me ensinou e tanto ainda há para me ensinar.

A todos os que de alguma forma contribuíram para a minha formação, não apenas como educadora, mas como pessoa.

A todos meus professores, desde a educação infantil até a minha graduação, onde pude conviver com professores que cada um a sua maneira me ajudou a construir o conhecimento que tenho hoje.

Aos que atuam no Departamento e Coordenação de Geografia. Aos que fazem parte da Direção. Ao pessoal da Biblioteca. Ao pessoal de apoio. Enfim, a todos que compõem o quadro de funcionários da UEPB, Campus III por seu trabalho e dedicação, em fazer cada um a sua parte para que algo tão complexo como uma universidade funcione.

A todos meus amigos e colegas, em especial, os da turma 2008.1 noite, ao lado dos quais pude compartilhar conhecimentos que levarei comigo por toda minha vida.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Estadual Indígena Índio Pedro Máximo de Lima, pelo apoio e incentivo.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do presente trabalho, dentre elas as que cederam entrevistas.

Ao meu Professor orientador Hélio de França Gondim, por sua paciência, dedicação e disposição sincera de me ajudar a realizar algo de tamanha responsabilidade.

As pessoas que fazem parte da minha banca examinadora, que se propuseram a usar o seu tempo e conhecimento para avaliar e enriquecer o presente trabalho.

“Mas as nações ficaram furiosas, e veio teu próprio furor e o tempo designado (...) para arruinar os que arruinam a terra”. Revelação (Apocalipse) 11:18 – Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas.

043 – GEOGRAFIA

ANÁLISE DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DA FLORESTA ATLÂNTICA NA ALDEIA MONTE MOR, RIO TINTO – PB

Autor (a): Maria Valéria Barros da Silva - CH/UEPB

Linha de Pesquisa: Conservação do Meio Ambiente e Sustentabilidade dos Ecossistemas

Orientador: Ms. Hélio de França Gondim - DG/CH/UEPB

Examinadores: Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques - DG/CH/UEPB

Thamires Batista Moura - Graduada em Geografia pela UEPB

RESUMO

A Mata Atlântica que antes recobria praticamente todo o litoral do Brasil se encontra altamente degradada. Na região Nordeste do país essa realidade é ainda mais séria, tendo em vista que esse bioma vem sendo degradado desde o “descobrimento” do Brasil. No Estado da Paraíba as florestas associadas a esse bioma se limitam a importantes fragmentos. Desse modo, o presente trabalho traz uma análise sobre o processo de degradação da floresta atlântica na aldeia Monte Mor, Rio Tinto – PB, a partir de três importantes momentos da história do município de Rio Tinto. Essa análise foi feita com base nos conceitos de território, territorialidade e dos processos geográficos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). O primeiro momento tem a ver com a chegada da família Lundgren e a construção da Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT, que promoveu várias mudanças na paisagem. O segundo momento está relacionado com a falência da CTRT, quando extensa área de floresta da aldeia Monte Mor foi bruscamente posta ao chão para dar lugar à cultura da cana-de-açúcar, cuja expansão tem a ver com incentivos do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL. O terceiro momento está ligado ao processo de retomada das terras indígenas pelo povo Potiguara, quando observamos que apesar dos incentivos e restrições para conter o desmatamento dos fragmentos que ainda existem na aldeia Monte Mor, este ainda é efetuado por pessoas da própria comunidade que recorrem a essa atividade para a fabricação de carvão, venda para serrarias etc. Esse aspecto demonstra que ações mais eficazes precisam ser pensadas e colocadas em prática. Ações baseadas no conceito de sustentabilidade (considerando uma relação harmoniosa entre os aspectos, econômicos, sociais e ambientais), na realidade da comunidade e na capacidade dos atores envolvidos. Para a realização do trabalho recorreremos a recursos bibliográficos, entrevistas e ao trabalho de campo na área estudada.

Palavras-chave: Floresta Atlântica, Degradação Ambiental, Sustentabilidade, Índios Potiguara.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Área desmatada pela usina e remanescente de floresta atlântica (mata do Arrepia).....	43
FIGURA 2: Mata do Riacho da Encantada.....	43
FIGURA 3: Plantação de mandioca.....	55
FIGURA 4: Criação de animais.....	55
FIGURA 5: Área de soca de cana próxima à mata do Arrepia.....	56
FIGURA 6: Área de soca de cana.....	56
FIGURA 7: Mata do Arrepia.....	59
FIGURA 8: Margem degradada do rio da Sementeira.....	63
FIGURA 9: Trecho assoreado do rio da Sementeira.....	64
FIGURA 10: Voçoroca na área da aldeia Monte Mor.....	65
FIGURA 11: Voçoroca na área da aldeia Monte Mor.....	65
FIGURA 12: Nascente do rio da Encantada.....	67
FIGURA 13: Horticultura desenvolvida no entorno do rio da Sementeira.....	67
FIGURA 14: Cajueiros plantados em roçados localizados no entorno do rio do Gelo.....	68
FIGURA 15: Área desmatada as margens do Riacho do Arrepia.....	68
FIGURA 16: Área de criação de animais as margens do Riacho do Arrepia.....	69
FIGURA 17: Roçado na margem do Riacho do Arrepia.....	69
FIGURA 18: Toros de árvores da mata do Arrepia.....	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Terras vendidas pela CTRT (1981-1985).....	41
--	----

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1: Localização das Terras Indígenas e Aldeias Potiguara.....	23
MAPA 2: Zona da Mata Paraibana: área de cultivo da cana-de-açúcar (1970-1986).....	40
MAPA 3: Usos atuais das Terras Indígenas Potiguara.....	57
MAPA 4: Ambientes Identificados nas TIs Potiguara.....	61
MAPA 5: Impactos e Conflitos Ambientais e Territoriais nas TIs Potiguara.....	62

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

ASSIPOMOR – Associação Indígena Potiguara de Monte Mor

CAI's – Complexos Agroindustriais

CTRT – Companhia de Tecidos Rio Tinto

CTP – Companhia de Tecidos Paulista

DOU – Diário Oficial da União

EIA/RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IR – Inspeção Regional

KM² - Quilômetro Quadrado

Nº - Número

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

PI – Posto Indígena

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

RESEC – Reserva Ecológica

REBIO – Reserva Biológica

SPI – Sistema de Proteção ao Índio

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TDR – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

TI – Terra Indígena

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA.....	14
2.1 A relação entre Território, Territorialidade, Etnia e Identidade.....	15
2.2 Os Processos Geográficos de Territorialização-Desterritorialização- Reterritorialização (TDR).....	17
2.3 Algumas Considerações Acerca da Mata Atlântica.....	20
2.4 Caracterização Espacial da Área de Pesquisa.....	22
3 GRUPO LUNDGREN: A CONSTITUIÇÃO DE UM IMPÉRIO.....	24
3.1 A Degradação da Floresta Atlântica Promovida pelo Grupo Lundgren.....	29
4 A CULTURA CANAVIEIRA COMO AGENTE DE MUDANÇAS DO MEIO AMBIENTE.....	32
4.1 Processo de Inserção e Desenvolvimento da Cultura Canavieira no Território Brasileiro.....	32
4.2 A Expansão da Cultura Canavieira no Litoral Norte do Estado da Paraíba.....	36
4.3 A Cana-de-açúcar como Agente Transformador da Paisagem do Município de Rio Tinto –PB.....	41
5 A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE INDÍGENA E A DEGRADAÇÃO DA FLORESTA ATLÂNTICA.....	45
5.1 Breve Histórico sobre o Povo Potiguara.....	45
5.2 O Processo de Emergência da Identidade Indígena Potiguara.....	52
5.3 Degradação da Floresta Atlântica nos Dias da Emergência Étnica do Povo Potiguara.....	54
5.4 Algumas Estratégias para Conservação de Remanescentes Florestais e Recuperação de Áreas Degradadas.....	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

A busca por riquezas oferecidas pela natureza sempre representou um forte incentivo à procura de novas terras para explorar. Ao longo dos séculos XV e XVI esse aspecto também influenciou exploradores a desbravar oceanos em busca de novos horizontes. Na luta por seus interesses esses exploradores não mediam esforços em impor a sua vontade. Assim, conflitos baseados em opiniões divergentes sempre estiveram presentes na história da humanidade. Portanto, a construção do espaço deriva da ação do homem sobre a natureza, de como ele enxerga a natureza e de sua relação com o meio e com o próprio homem.

A chegada dos europeus a então nova terra (Brasil) desencadeou conflitos com os nativos, os índios, que mantinham uma relação de harmonia com a natureza, retirando dela o necessário para sua sobrevivência. A luta pela posse da terra e do direito de usufruir seus recursos deixou marcas profundas na história do Brasil, onde os índios eram escravizados e assassinados por não contribuírem com o homem branco, e o meio ambiente seriamente comprometido em nome do chamado “desenvolvimento” (SILVA, 2010).

Durante o período dos grandes descobrimentos a Mata Atlântica constituía a segunda maior formação de floresta da América do Sul se estendendo por toda a costa do Brasil no sentido norte-sul, também apresentando amplas extensões para o interior. No entanto, vários ciclos econômicos se desenvolveram nos seus limites, ocasionando impactos ambientais em proporções cada vez maiores. Como resultado, restam apenas 4% de sua formação original, que por sua vez, se encontra altamente fragmentada formando pequenas ilhas, com exceção das serras do Sudeste e do Sul. Essa situação de intensa devastação e presença de importantes exemplares de mata Atlântica é visivelmente perceptível na região Nordeste e em áreas interioranas do território brasileiro (COSTA, 1997).

Ainda assim, a mata atlântica abriga grande diversidade biológica, sendo composta por uma variedade de formações florestais, como a floresta ombrófila (densa, mista e aberta), mata estacional semidecidual e estacional decidual, manguezais, restingas e campos de altitude associados a brejos interioranos no Nordeste. As florestas executam uma série de funções, desde as ambientais até as econômicas e sociais. Atuam na conservação dos recursos hídricos e edáficos, da biodiversidade, das condições climáticas, transformam Co^2 em O^2 , protegem o solo, disponibilizam alimentos e plantas medicinais, produtos madeireiros e não madeireiros, como a coleta de sementes e frutas (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2010).

Tertuliano (2006) nos diz que na região Nordeste do Brasil há atualmente cerca de 2% de floresta Atlântica, e que no estado da Paraíba ela foi quase totalmente devastada em

decorrência de ações antrópicas sem uma preocupação com o meio ambiente, como o plantio da monocultura da cana-de-açúcar, a extração da madeira para a fabricação de carvão, entre outros fins, e a ocupação desordenada do espaço. Essas ações contribuíram para a fragmentação desse bioma, levando a formação de verdadeiras “ilhas” vulneráveis.

Esse aspecto pode ser facilmente observado no município de Rio Tinto – PB. Assim, é que o presente trabalho, resultado de uma pesquisa monográfica, apresenta como objetivo uma análise do processo de degradação da floresta atlântica a partir de três importantes momentos da história do município de Rio Tinto - PB e do povo Potiguara de Monte Mor. Nos objetivos específicos, foi possível identificar as causas e consequências da degradação da floresta atlântica, destacar a necessidade da conservação e uso racional dos recursos naturais fornecidos pela floresta e sugerir possíveis formas de utilização consciente da cobertura vegetal por parte da população local.

Essa análise foi feita com base nos conceitos de Território e Territorialidade, bem como dos processos geográficos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), pois acreditamos que não há como compreender os motivos que levaram a degradação da floresta atlântica na aldeia Monte Mor, sem considerar os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que permeiam essas ações.

O primeiro momento diz respeito à chegada da família Lundgren que empreendeu a construção da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), inaugurada em 1924, e da vila operária, levando a uma série de impactos ambientais como o aterramento da área de mangue, drenagens do solo através do plantio de eucalipto (*Eucalyptos spp*) e, sobretudo, no desmatamento indiscriminado da floresta atlântica (Silva, 2010). Destacamos também os impactos socioculturais, uma vez que os índios que habitavam o local foram duramente reprimidos e suas terras lhes foram tiradas.

O segundo momento está relacionado com a falência da CTRT em 1985, fato que resultou em problemas tanto socioeconômicos como ambientais, já que uma das medidas tomadas pelos administradores da fábrica foi o arrendamento de parte de suas terras para usinas produtoras de açúcar e álcool, ocasionando derrubada maciça da floresta atlântica (NASCIMENTO, 2007).

O terceiro e último momento se refere à demarcação oficial da terra indígena de Monte Mor desde 2007, o que significou a realização de esforços por parte dos indígenas e um marco na luta por seus direitos. Contudo, a devastação dos remanescentes de mata atlântica ainda prossegue através da retirada de madeira para implantação de roçados, fabricação de carvão vegetal, estabelecimentos comerciais e serrarias.

A fim de alcançar o objetivo proposto por este trabalho foram realizados alguns procedimentos metodológicos, que incluíram levantamento bibliográfico, trabalho de campo, entrevistas e sistematização das informações. Por se tratar de uma questão complexa, optamos por não revelar os nomes dos entrevistados. Dessa forma, iremos nos referir aos mesmos de forma genérica, utilizando para isso a expressão “entrevistado(a)” seguida de um número de identificação (1, 2, 3...).

A metodologia utilizada na pesquisa não foi única, assim fizemos uso do método ecogeográfico, uma vez que apresenta como foco ajudar no planejamento e utilização do meio, de forma a evitar sua degradação. Além disso, recorreremos ao método da História Oral por considerar de suma importância os relatos cedidos por aqueles que foram testemunhas, bem como personagens dos eventos ocorridos na área de estudo.

A partir da sistematização dos dados coletados julgamos conveniente apresentá-los da seguinte forma, no item 2 abordamos sobre os conceitos de Território e territorialidade, além dos processos de TDR. Também fazemos uma breve consideração acerca da Mata Atlântica e da nossa área de estudo, a aldeia Monte Mor. No item 3 passamos a tratar do primeiro momento que identificamos no processo de degradação da floresta Atlântica da aldeia Monte Mor. No item 4 discorreremos sobre o segundo momento e no item 5 sobre o terceiro momento.

2 OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA

Na Geografia podemos afirmar que o conceito de território é dinâmico tendo acompanhado o desenvolvimento da ciência, onde incorporou formulações e conceituações em diferentes escolas do pensamento geográfico (Marques, 2009). De acordo com Raffestin (1993, *apud*, Marques, 2009), a territorialidade é demonstrada a partir das relações multidimensionais entre o vivido e o território, representam as ações dos membros de uma coletividade.

A ciência geográfica fornece múltiplas concepções de território que servem de base para a discussão desse conceito. O território pode ser entendido como “lugar de relações sociais; de conexões e de redes; de vida para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidades, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir” (SILVA, 2012, p. 35).

Por territorialidades podemos entender que são as ações produzidas pelos diferentes agentes nas diferentes escalas, que podem ser tanto materiais quanto imateriais, como os elementos simbólicos que são transmitidos coletivamente. A territorialidade constitui um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. É o resultado do processo de produção do território, sendo um importante aspecto para a construção da identidade (SILVA, 2012).

Haesbaert (2004, *apud*, Marques, 2009) ao tratar dos conceitos de território e territorialidade nas Ciências Sociais diz que a dimensão de território tratada pelo geógrafo ressalta a “materialidade do território”, nas dimensões política, natural, econômica e cultural, incluindo a relação sociedade-natureza.

Considerando a dimensão política, o território em geral representa um espaço delimitado envolvido por relações de poder, como o exercido pelo Estado. Na dimensão naturalista, o território representa a relação sociedade/natureza. O território analisado com base no aspecto econômico prioriza a materialidade enquanto fonte de recursos, ao passo que a dimensão cultural percebe o território a partir das relações simbólicas e de identidade de um grupo em relação ao espaço (MARQUES, 2009).

Buscando o conceito de território que mais se relacione com nossa pesquisa, partimos do estudo realizado por Haesbaert (2007) quando faz um “mapeamento” das grandes linhas de interpretação do território vigentes até hoje nas Ciências Sociais. Assim, ele as agrupou em dois grandes referenciais teóricos, a saber:

- O binômio materialismo-idealismo, que foi desdobrado em duas perspectivas, uma visão mais totalizante e uma visão mais parcial de território em relação a: 1 – sociedade/natureza; 2 – as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e cultural);
- A historicidade do conceito a partir da: 1 – sua abrangência histórica; 2 – seu caráter mais absoluto ou relacional.

Da perspectiva materialista o que nos interessa é a ligação do território com a natureza, onde o território é considerado a princípio como fonte de recursos, “meios materiais de existência”. Da perspectiva idealista consideramos o valor cultural embutido no território pelo uso que as populações tradicionais fazem dele, uso esse tanto material quanto imaterial, resultado de suas relações sociais.

Para reforçar esse pensamento, citamos Bonnemaision e Cambrézi (1996, *apud*, Haesbaert, 2007) que afirmam que “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico” (p. 10, *apud*, HAESBAERT, 2007, p. 50-51).

No que diz respeito ao território no sentido absoluto (substrato concreto) e relacional (fruto de relações sociais, também chamadas de relações de poder) destacamos que o território não se limita à base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, mas incorpora o conjunto de relações sociais. Desta forma, Souza (1995, *apud*, Haesbaert, 2007) afirma que “[...] o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 97, *apud*, HAESBAERT, 2007, p. 55).

2.1 A relação entre Território, Territorialidade, Etnia e Identidade

De acordo com Marques (2009), o território representa o espaço onde as etnias conseguem se firmar como povo, o que ocorre pela relação identitária que possuem com seu território. Assim, etnia refere-se à ideia de gente, povo, nação, representa valores, tradições, relação com a unidade territorial e a religião. O termo étnico está contextualizado e diz respeito a um povo que ocupa um território, região, país. No nosso caso, o povo em questão é o Potiguara que ocupa as terras indígenas localizadas no litoral norte do estado da Paraíba.

Para Cunha (1998, *apud*, Marques, 2009) a etnicidade pode ser entendida como uma forma de organização política, onde:

As comunidades étnicas podiam ser formas de organização eficientes para resistência ou conquista de espaços, em suma que eram formas de organização política. Descobriu-se que a etnicidade podia ser uma linguagem [...] A etnicidade, como qualquer forma de reivindicação cultural, é uma forma importante de protestos eminentemente políticos (CUNHA, *apud*, SANTOS, 1998, p. 34, *apud*, MARQUES, 2009, p.80).

Segundo Bonnemaïson (2002, *apud*, Marques, 2009) os conceitos de etnia, território e territorialidade norteiam a perspectiva cultural. E acrescenta que:

A ideia de etnia e de grupo cultural interessa ao geógrafo porque traduz a ideia de um espaço-território. De fato, a territorialidade emana de etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida de um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território (BONNEMAISON, 2002, p. 96-97, *apud*, MARQUES, 2009, p.81).

Ao abordarmos a questão do território, cabe fazermos uma associação com a categoria de análise identidade que segundo Chelotti (2010), aparece sob vários enfoques tendo em vista a matriz teórica sob a qual é elaborada. A identidade está relacionada tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como à relação do indivíduo com a coletividade.

Partindo do princípio de que os diferentes grupos sociais no decorrer do tempo criaram significados, construindo identidades ligadas tanto a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, território, entre outros, podemos afirmar que toda identidade é uma construção social. Construída por subjetividades individuais e coletivas, a identidade pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Ao longo do tempo as sociedades construíram suas identidades territoriais próprias com seus signos, símbolos e pertencimentos (Chelotti, 2010). Assim, é que fazemos referência à identidade indígena potiguara construída por esse grupo desde longa data e que possui uma forte relação com seu território.

Ainda que a globalização enquanto processo que busca e impõe um padrão de consumo, unificando tudo e todos, e nessa dinâmica desfalecendo as variadas identidades, podemos perceber que existem elementos culturais que são preservados, mantidos ou reinventados pelas chamadas populações tradicionais. Há então, a resistência da identidade com perspectiva territorial entre as sociedades tradicionais (Chelotti, 2010). O povo Potiguara de Monte Mor vive esse momento de resgate da identidade indígena como traço marcante da luta por seu território.

As identidades coletivas na perspectiva territorial são construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e do sentimento de pertencimento que os grupos sociais demonstram em cada parte do espaço geográfico, como região, lugar e território. O sentimento de pertencimento por parte do indivíduo ou grupo em relação ao seu espaço de vivência, de

perceber o espaço como lugar das práticas é que confere ao espaço o caráter de território (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012), existem duas formas diferentes de identidades culturais. Uma se refere quando uma comunidade busca recuperar o seu passado histórico e uma cultura partilhada, reafirmando a identidade. A outra se baseia no reconhecimento entre os indivíduos e nas suas reivindicações comuns.

A construção da identidade de certo grupo social compreende também a redescoberta do passado. Segundo Haesbaert (2007, *apud*, Silva, 2012), as identidades constituem o resultado dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo. Desta forma, a identidade é considerada um patrimônio territorial que precisa ser preservado e valorizado pelos atores associados na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem compartilhar desse patrimônio.

2.2 Os processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR)

Os estudos recentes no âmbito das Ciências Sociais e Humanas trazem com frequência a utilização da terminologia desterritorialização e reterritorialização em estudos sobre migração, luta pela terra, identidade territorial, dentre outros. Chelotti (2010) destaca os processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), partindo de que a criação de territórios é representada pela territorialização, a sua destruição pela desterritorialização e a sua recriação pelo processo de reterritorialização.

Segundo Haesbaert (2002, *apud*, Marques, 2009), territorialização se refere às múltiplas formas de construção/apropriação concretas e/ou simbólicas do território que interagem com os elementos econômico, do poder, ecológico e subjetivo. Dependendo da concepção de território, muda-se a definição de desterritorialização. O processo de territorialização envolvendo o povo Potiguara já ocorria antes mesmo do processo de colonização portuguesa, uma vez que as terras brasileiras já eram ocupadas e habitadas por esse grupo indígena.

Dialogamos com Haesbaert (2007) quando trata do conceito de desterritorialização, aqui entendido como “um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (Haesbaert, 2007, p. 68). O processo de desterritorialização pode ocorrer nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais com várias implicações (CHELOTTI, 2010).

Silva (2012) descreve o processo de desterritorialização “como uma quebra de vínculos, uma perda do território, havendo assim, uma perda do controle das territorialidades pessoais ou coletivas, uma perda de acesso aos territórios simbólicos, aos recursos, etc” (SILVA, 2012, p. 38).

O conceito de desterritorialização pode ser analisado a partir da discussão entre duas posições antagônicas, que representam ao mesmo tempo dois extremos e duas percepções bastante comuns e distintas.

A primeira está relacionada à debilitação das bases materiais na dinâmica social. Configura-se em uma espécie de desterritorialização “do alto” ou “superior”, associada às categorias sociais privilegiadas que fazem uso dos benefícios dos circuitos técnico-informacionais globalizados.

A segunda refere-se à desterritorialização “de baixo” ou “inferior”, uma vez que compreende alguns dos grupos mais expropriados, os que não estão apenas excluídos do acesso ao mundo “imaterial” do ciberespaço¹ como estão sendo excluídos do acesso ao território, entendido como terra, terreno, como base material primeira da reprodução social. Muitos grupos estão inseridos na categoria de desterritorialização, entre eles, os sem-terra, sem-teto e indígenas.

Haesbaert (2007) destaca que a segunda percepção, de caráter mais social e mais adequada para a utilização do termo, é a menos usada nas discussões acerca da desterritorialização. Há, portanto, uma desterritorialização das classes dominantes e outras dos grupos subalternos. Ao passo que ocorre a exclusão da maior parte da população, ocorre também a reterritorialização dos privilegiados.

A precarização ou exclusão social que constantemente lança milhões de pessoas na miséria faz com elas passem a revalorizar seus vínculos fundamentais com o território, mesmo no seu sentido mais elementar (terra, terreno, abrigo e fonte de sobrevivência). Vale ressaltar que, o território sempre envolve e em diferentes níveis, uma dimensão simbólico-identitária.

Partindo da concepção de território associado à terra, ao substrato físico, material podemos assim como sugere Haesbaert (2007), identificar duas leituras distintas, contudo, relevantes e complementares. A primeira pode ser representada pelo movimento dos agricultores sem terra, onde a desterritorialização está ligada a exclusão do acesso a terra,

¹ Para Pierre Lévy (1999, *apud*, Haesbaert, 2007) o ciberespaço também pode ser chamado de rede, podendo ser definido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92, *apud*, Haesbaert, 2007, p. 63).

adquirindo um sentido, principalmente, econômico. Nesse aspecto, a identidade do grupo e os símbolos que lhe dão suporte resultam da própria luta pela terra enquanto instrumento de trabalho. A segunda está ligada ao movimento indígena pela delimitação e controle de suas reservas. Neste caso, a desterritorialização não se baseia apenas na exclusão do acesso a terra enquanto meio de produção, mas primeiramente, num nível simbólico-cultural.

Sobre este assunto Haesbaert (2007), nos diz que:

Mesmo exercendo o domínio sobre um determinado espaço, podem faltar ao grupo indígena as referências territoriais de sua cultura, o próprio “imaginário geográfico” condensado simbolicamente em determinadas parcelas do espaço (um rio, uma cachoeira, um trecho de floresta – espaços de deuses ou dos espíritos de seus ancestrais) (2007, p. 67).

Haesbaert (2007) salienta que para o índio o território compreende um espaço de reprodução física, de subsistência material e um espaço carregado de referências simbólicas, por meio das quais mantem sua identidade cultural. O que há em comum tanto no movimento dos sem-terra, quanto dos indígenas, é a dinâmica da precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista que resulta nos chamados “aglomerados humanos de exclusão” (HAESBAERT, 1995, *apud*, HAESBAERT, 2007).

Cada contexto possui seus próprios agentes de desterritorialização, e na sociedade contemporânea, o processo de exclusão ou precarização socioespacial, que advém de um sistema econômico concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização.

De acordo com Haesbaert (2004, *apud*, Chelotti, 2010), devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes. Mas Chelotti (2010) afirma que não existe um consenso de que processos de desterritorialização sejam precedidos por processos de reterritorialização. No entanto, concordamos com Haesbaert (2002, *apud*, Chelotti, 2010) quando afirma que “[...] a desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 132-133, *apud*, CHELOTTI, 2010, p.169).

Os processos geográficos de TDR não são definitivos, mas configuram-se como processos dinâmicos que fazem parte da sociedade. Segundo Saquet (2003, *apud*, Silva, 2012), não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga. Os processos de des-territorialização e re-territorialização são contraditórios, mas complementam-se, coexistindo no tempo e podendo coexistir no espaço. No decorrer da trajetória do povo Potiguará identificamos alguns processos de desterritorialização e reterritorialização, sobre os quais podemos destacar alguns como sendo os principais. Este assunto será abordado no decorrer do trabalho.

2.3 Algumas considerações acerca da Mata Atlântica

O serviço Florestal Brasileiro (2010) se baseia no conceito de floresta definido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), segundo o qual, floresta constitui uma área medindo mais de 0,5 hectares com árvores maiores que 5 metros de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores que se aproximem destes parâmetros *in situ*. Essa definição não inclui terra que está predominantemente sob o uso agrícola ou urbano.

A cobertura florestal da Mata Atlântica que antes se estendia por quase 1.300.000 km², atualmente se encontra altamente reduzida. Esse bioma pode ser encontrado em mais de 17 estados brasileiros apresentando uma série de fitofisionomias bem variadas, determinadas pelas variações de relevo, solos, climas e regimes pluviométricos (CAPOBIANCO, 2004).

A Mata Atlântica constitui abrigo para muitas populações tradicionais, além de garantia de abastecimento de água para mais de 120 milhões de brasileiros. Seus remanescentes florestais atuam na regulação do fluxo dos mananciais hídricos, na fertilidade do solo, no controle do clima, na proteção das escarpas e encostas das serras e na preservação de um patrimônio histórico e cultural de grandes proporções (CAPOBIANCO, 2004).

A Mata Atlântica constitui uma das maiores áreas de floresta tropical do mundo, ocupando o segundo lugar em extensão nas Américas, ficando atrás apenas da Floresta Amazônica (Por, 1992, *apud*, Guedes, *et al.* 2005). Em virtude da degradação que ocorre desde o processo de colonização do Brasil, a Mata Atlântica é considerada um dos principais “*hotspots*” definidos como “centros de altíssima biodiversidade em que a extensão original foi dramaticamente reduzida, colocando em risco a sobrevivência de incontáveis espécies de animais e plantas” (GUEDES, *et al.* 2005, p. 40).

De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, o Bioma Mata Atlântica compreende as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias), Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, bem como manguezais, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

A denominação Mata Atlântica provém da proximidade com o oceano Atlântico. Alguns fatores contribuem para sua exuberância, como a grande umidade do ar que é trazida pelos ventos marinhos, e que ao subirem para camadas de maiores altitudes precipitam na forma de chuvas na costa. De acordo com a classificação técnica adotada por Koeppen, ao

longo da Mata Atlântica ocorrem climas do tipo *Aw* (tropical), *Cwa* (tropical de altitude) e *Cf* (subtropical). A temperatura média é de 14-21 °C. A média pluviométrica varia entre 1500-2000 mm anual em decorrência da região geográfica, especialmente, do relevo (GUEDES, *et al.* 2004).

A distribuição das formações vegetais no Domínio Mata Atlântica ocorre devido ao macro clima (tropical e úmido) que está relacionado ao relevo, a proximidade do mar, ao padrão predominante de circulação das massas de ar costeiras de leste para oeste e pelas correntes oceânicas do Atlântico Sul. A Mata Atlântica possui uma parcela significativa de flora endêmica. Estima-se que de cada duas espécies arbóreas, uma ocorre exclusivamente nesse bioma (GUEDES, *et al.* 2005).

Na época do “descobrimento” a Mata Atlântica se estendia desde o Estado do Rio Grande do Norte até o Estado do Rio Grande do Sul. Passados mais de 500 anos, a Mata Atlântica resiste e persiste em meio à agricultura, silvicultura, pecuária e centros urbanos. A história de ocupação do Brasil se confunde com a história de degradação da floresta atlântica (GUEDES, *et al.* 2005).

Os núcleos litorâneos foram se desenvolvendo ao passo que crescia a exploração do extrativismo de recursos naturais e a produção agrícola. Neste momento ocorreram atividades predatórias voltadas, principalmente, para a exploração de madeiras de espécies de árvores abundantes, a exemplo do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), amplamente usado na produção de corante para tingimento de tecidos. Além disso, várias espécies de árvores foram usadas para fabricação de navegações portuguesas (GUEDES, *et al.* 2004).

A área de Mata Atlântica é uma das mais povoadas do país. Estima-se que mais de cem milhões de brasileiros vivem nesta área que abriga os principais centros, polos de urbanização e desenvolvimento econômico desde o começo da história do Brasil. Até pouco tempo, a maioria das pessoas não tinha noção quanto à distribuição, biodiversidade, importância socioeconômica e estado de degradação desse importante conjunto florestal (LINO & BECHARA, 2002).

Nesse contexto, as estratégias de conservação se limitavam praticamente a conservação de determinadas e reduzidas áreas na forma de Parques ou Unidades de Conservação. Desde a década de 1980, significativas mudanças se deram nesse quadro, como o desenvolvimento de legislação específica para a Mata Atlântica, a exemplo da Constituição Federal que a considera patrimônio nacional (LINO & BECHARA, 2002).

A Mata Atlântica encontrada na Região Nordeste do Brasil se mostra diferente da encontrada nas demais regiões brasileiras. Isso se dá em virtude dos aspectos topo-edafó-

climáticos específicos aos quais estão sujeitos ou pelo caráter disjunto de algumas espécies encontradas nessa região (FERNANDES & BEZERRA, 1990, *apud*, TERTULIANO, 2006).

De acordo com Zaú (1998, *apud*, Tertuliano, 2006) atualmente a Mata Atlântica se apresenta como um mosaico que abrange áreas relativamente extensas, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, e uma porção maior compreendida por fragmentos em diversos estágios de degradação. Essa característica confere a esses fragmentos extrema importância para a preservação do Bioma Mata Atlântica. A fragmentação é consequência das atividades humanas (TERTULIANO, 2006).

O processo de fragmentação florestal tem aumentado em décadas recentes devido à intensa atividade de desmatamento para uso do solo em práticas que incluem a pecuária extensiva, monoculturas agrícolas e expansão imobiliária (NASCIMENTO, *et al.* 2001, *apud*, TERTULIANO, 2006).

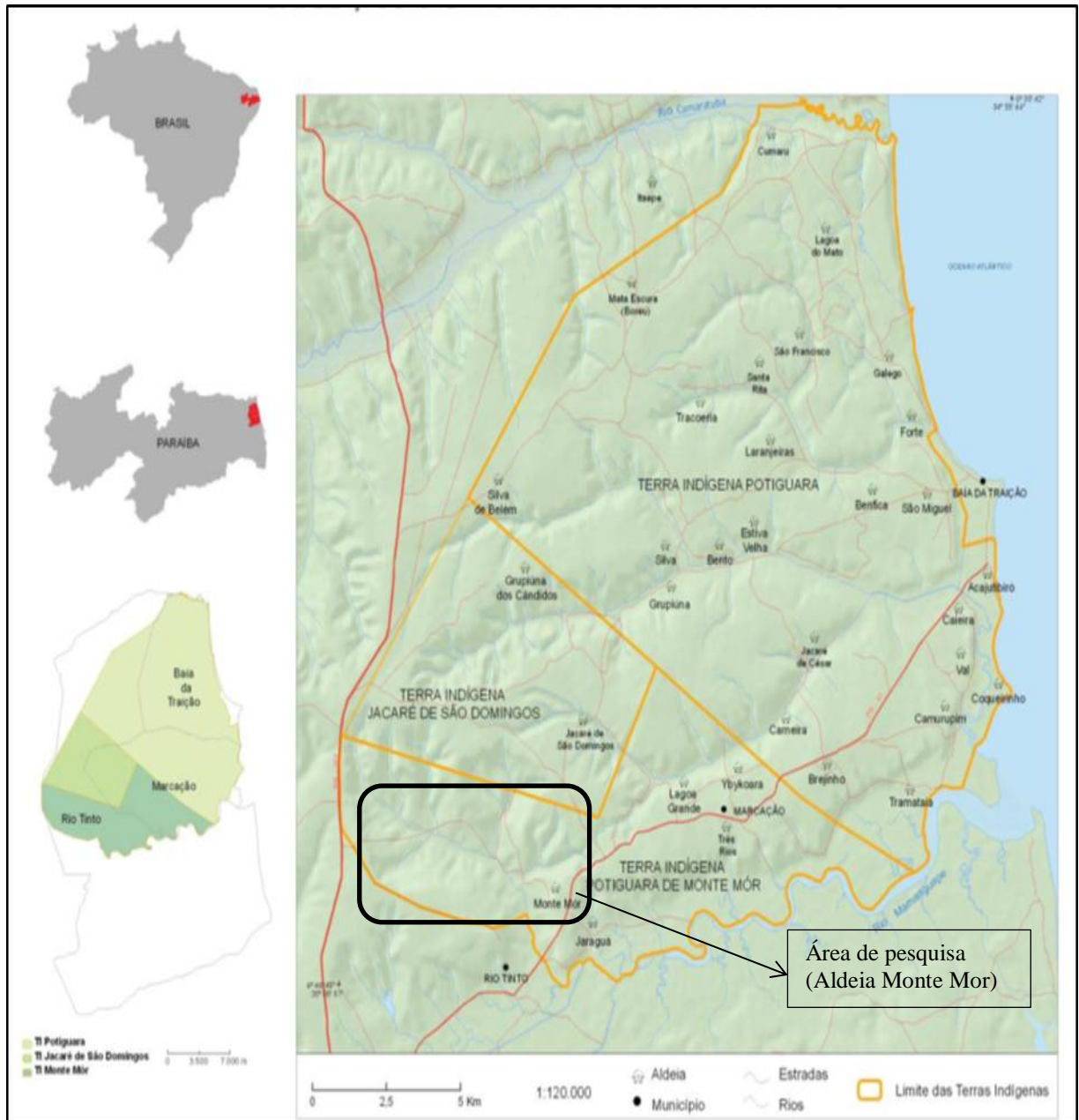
Segundo Lins e Medeiros (1994, *apud*, Tertuliano, 2006), a Mata Atlântica no Estado da Paraíba se encontra tão fragmentada que não apresenta nenhum remanescente com mais de 1.500 hectares contínuos, ainda assim, ocorrem fragmentos praticamente inalterados em propriedades de usinas.

2.4 Caracterização espacial da área de pesquisa

De acordo com Ramos (2010), os Potiguaras constituem uma etnia e organização indígena encontrada nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, que por sua vez estão localizados na microrregião do Litoral do Norte e mesorregião geográfica da Mata Paraibana.

Conforme podemos observar no mapa 1, as terras tradicionais dessa etnia indígena estão subdivididas em três terras indígenas (TI's), a saber: TI Potiguara (que se estende por uma área de 21.238 hectares, já demarcada e homologada), TI Jacaré de São Domingos (abrangendo 5.032 hectares) e TI Monte Mor (possuindo 7.100 hectares). A TI Monte Mor compreende as aldeias Jaraguá, Três Rios, Ibiqara, Silva do Belém e Monte Mor (MARQUES & RODRIGUES, 2008).

Segundo Cardoso e Guimarães (2012), as TI's potiguara concentram cerca de 19 mil indígenas que habitam as aldeias e cidades dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, sendo 8.109 pessoas na TI Potiguara, 449 pessoas na TI Jacaré de São Domingos e 4.447 pessoas, na TI Monte Mor.



Mapa 1: Localização das Terras Indígenas e Aldeias Potiguara

Fonte: *Adaptado de*: CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. p. 109.

Como podemos observar no mapa, as TI's não obedecem a divisão do território pelos limites dos municípios, sendo que na Baía da Traição encontramos as aldeias Akajutibiró, Bento, Cumarú, Forte, Galego, Lagoa do Mato, Laranjeiras, São Francisco, Santa Rita, Silva, Tracoeira e Vila São Miguel. Já no município de Marcação estão as aldeias Brejinho, Caieira, Camurupim, Estiva Velha, Grupiúna, Grupiúna de Cima, Ibiquera, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Lagoa Grande, Tramataia, Três Rios e Val. E no município de Rio Tinto encontramos as aldeias Silva do Belém, Jaraguá, Boreu e Monte Mor, nossa área de estudo (RAMOS, 2010).

3 GRUPO LUNDGREN: A CONSTITUIÇÃO DE UM IMPÉRIO

A história da fundação do município de Rio Tinto está atrelada a história da família Lundgren. Portanto, é oportuno falar um pouco desta família que conquistou fama e exerceu poder não apenas no município de Rio Tinto - PB, mas primeiro no município de Paulista – PE. Remontemo-nos a meados do século XIX, quando então chega ao Brasil um imigrante sueco de nome Herman Theodor Lundgren, com vinte anos de idade e o desejo de prosperar financeiramente. De início foi para o Rio de Janeiro, mas foi no Recife onde se deu seu primeiro empreendimento (BARROS, 2002).

De acordo com Góes (1963, *apud*, Barros, 2002), em 1861 em uma aldeia de nome “Pontezinha” localizada no município do Cabo no estado do Pernambuco, Herman Lundgren montou uma fábrica de pólvora, a Pernambuco *Powder Factory*, considerada a primeira empresa do ramo totalmente mantida com recursos particulares.

Antes de se dedicar ao ramo têxtil Herman Lundgren trabalhou com outros empreendimentos como a cera de carnaúba, o couro, o açúcar e o sal proveniente de Macau e Areia Branca, Rio Grande do Norte. Foi apenas em 1904 quando comprou a antiga fábrica de tecidos de Paulista, então localizada no município de Olinda, que Herman Lundgren enveredou no segmento têxtil (BARROS, 2002).

Segundo Costa (2010), Herman Lundgren nutria o desejo de sempre ampliar seus negócios, o que justifica o interesse em obter grandes possessões de terras. Sua morte ocorreu em 1907, quando então todo seu patrimônio passou a ser responsabilidade de seus principais herdeiros, seus filhos Frederico, Arthur e Alberto, que logo fizeram os empreendimentos de seu pai prosperar através da modernização da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e da criação de uma rede de comércio varejista (Lojas Paulista, depois chamada de Casas Pernambucanas) com sede em Paulista e distribuída por vários pontos do Brasil.

Na década de 1940, Paulista já era uma cidade que demonstrava certo poder econômico, o que despertou a atenção de pessoas de várias localidades, tanto do estado de Pernambuco como de estados vizinhos. Essas pessoas nutriam a possibilidade de melhores condições de vida e de trabalho. Nessa época a CTP contava com um quantitativo de funcionários que superava 20 mil trabalhadores ocupados não apenas nas atividades industriais, como fiação, tecelagem, estamparia e costura, mas em atividades complementares como plantação de roçados, extração de madeiras e outros minerais e construção civil (COSTA, 2010).

De acordo com a fonte supracitada, para conseguir funcionários que desempenhassem todas essas funções, os Lundgren contavam com aliciadores, sujeitos incumbidos de recrutar

famílias, normalmente numerosas, a fim de trabalhar nessas atividades. O alvo principal dos aliciadores eram famílias camponesas de condição econômica precária que viviam em condições de exploração de sua força de trabalho por poderosos donos de terras. Vivendo nessas circunstâncias, muitas famílias aceitavam às ofertas dos aliciadores, que incluíam emprego para a maioria dos seus membros, casa para morar e atrativos para o lazer. Podemos perceber assim como salienta Alvim (1997, p. 13, *apud*, Costa, 2010), que a Companhia passa a exercer controle não apenas sobre o acesso ao trabalho, mas também a moradia e, por conseguinte ao uso do espaço social por seus trabalhadores.

Uma característica do segmento têxtil em certos momentos da história da indústria, e presente em outros países, como Estados Unidos, bem como cita Alvim (1997, *apud*, Costa, 2010), é a preferência por uma mão de obra centrada na família. Tal preferência se concretiza na existência de vilas operárias formadas por várias casas destinadas as famílias recrutadas.

Góes (1964, *apud*, Marques, 2009) explicita que passados dez anos da morte de Herman Lundgren, e cientes do sucesso da CTP, Frederico e Arthur decidem ampliar suas atividades através da construção de um empreendimento modelo que contasse com o mais avançado em técnica industrial. Tal empreendimento romperia as barreiras da mera indústria e caminharia para formação de uma cidade, passando assim de fábrica a vila, e de vila a cidade.

Em 1917 Frederico manda ao interior do município de Mamanguape Artur Barbosa de Góes com a missão de pesquisar e adquirir terras de alguns engenhos da região. Com vinte e três contos de réis ele compra do Coronel Alberto César de Albuquerque as terras conhecidas como Vila da Preguiça. Partes dessas terras eram ocupadas por indígenas do aldeamento de Monte Mor (GÓES, 1963, *apud*, BARROS, 2002).

Artur Barbosa de Góes se estabeleceu no antigo e desativado porto fluvial de Salema, onde construiu uma mercearia que no fim das contas ajudou o forasteiro a se familiarizar com a população local, que ficava admirada pelo interesse naquelas terras. Assim o funcionário do Coronel Frederico conseguiu não apenas as terras da Vila da Preguiça, mas as circunvizinhas ao engenho (COSTA, 2010).

Não eram os melhores anos do município de Mamanguape que outrora respirava desenvolvimento. Sobre este assunto Barros (2002) nos diz que:

Um pouco antes da abolição, quando Mamanguape vivenciava os seus anos de franco desenvolvimento econômico, fortalecidos pela proximidade do porto da Baía da Traição, e a existência do porto de Salema, no rio Mamanguape, por onde escoava toda a sua produção, a cidade sofreu um grande abalo, fator determinante para o início de sua decadência. Em 1870, o estudo de um projeto para a construção de uma estrada de ferro excluiu Mamanguape de seu traçado. Costa (1986) reforça a existência de um plano preestabelecido na escolha das cidades a serem beneficiadas pelos trilhos da Conde D'Eu, e depois Greatt Western. Naquela época, Mamanguape

era a única cidade do estado que ofuscava o prestígio da capital João Pessoa. O porto de Salema superava em movimento o porto de Cabedelo (2002, p. 24).

Por ficar fora da rota comercial a economia de Mamanguape começou a desfalecer, “suas casas de comércio e armazéns começaram a fechar e alguns de seus proprietários abandonaram a cidade em direção a capital” (Barros, 2002, p. 24). A diminuição do tráfego fluvial levou a desativação do porto de Salema. O golpe foi fatal, de modo que o município não mais conseguiu recuperar a economia que possuía anteriormente.

Mas o Coronel Frederico João Lundgren era um homem de visão, e estava ciente do que aquelas terras poderiam lhe proporcionar. As terras do engenho Preguiça estavam distantes dos grandes centros urbanos e apresentavam grandes vantagens para a instalação de uma indústria, desde as envolvendo a localização, uma vez que existiam portos naturais, até a oferta de recursos naturais, como ricas florestas.

Características como essas eram primordiais para as indústrias dessa época como bem salienta Barros (2002), quando diz que “esta procura por terras distantes das cidades, próximas a fontes de energia, como as florestas naturais, e a proximidade com o rio e o porto eram condições de existência para as indústrias desse período” (Barros, 2002, p.26). Além disso, parte da terra era habitada por indígenas, que poderiam compor a força de trabalho da fábrica, como destaca Marques (2009).

Costa (2010) nos lembra da influência que o coronel Frederico João Lundgren tinha tanto que rapidamente recebeu o apoio não apenas da prefeitura municipal de Mamanguape, mas também do então governador do estado da Paraíba, o Sr. Camilo de Holanda, que contemplou o Grupo com vinte e cinco anos de isenção fiscal. Segundo Barros (2002), durante este tempo o Grupo Lundgren seria responsável pela promoção dos serviços públicos básicos como saúde, educação, lazer e segurança.

De acordo com Mello (2002), o Grupo Lundgren precisava de certas vantagens ou incentivos para prosseguir com o novo empreendimento. Essas vantagens constituíam a isenção de impostos, e como essa vantagem não havia sido concedida pelo Governo do Rio Grande do Norte, as instalações fabris não se deram no município de Macaíba, assim como estava no plano inicial.

Segundo Barros (2002), o Banco do Brasil não contribuiu para o financiamento do empreendimento a ser desenvolvido nas terras do engenho Preguiça, o que fez com que o Grupo Lundgren recorresse ao capital europeu, mas especificamente, o inglês e o alemão. Essa relação comercial viabilizou várias trocas e parcerias, como a vinda de funcionários tecnicamente mais qualificados para a fábrica, o que resultou na difusão de traços da cultura

européia, como os encontrados na arquitetura de algumas construções onde notamos o uso de elementos estéticos do *Art Déco*².

Por volta de 1917, no cenário político e social da cidade de Paulista-PE, evolui intenso movimento operário marcado por greves e revoltas que ameaçavam o controle da CTP sobre seus funcionários. Assim, uma das preocupações do coronel Frederico ao comprar as terras para as futuras instalações fabris, era ser distante dos grandes centros urbanos, para assim garantir o isolamento e controle de seus funcionários.

De acordo com Marques (2009) a companhia adquiriu 660 Km² de terras ociosas. A posse dessas terras assegurou ao Grupo o monopólio territorial, bem como o ambiente adequado para a alienação da população (BARROS, 2002).

No ano de 1918 teve início o processo de instalação da fábrica e da cidade. Na olaria eram fabricados os tijolos vermelhos destinados à construção das primeiras edificações, dentre elas as 2.613 casas construídas entre 1920 e 1948. A total instalação da fábrica, envolvendo sua construção, montagem das oficinas, casas de força e instalação de equipamentos, ocorreu entre 1923 e 1941, mas a partir de 1924 a Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT, já havia começado a funcionar. Paralelo a isto, foram construídos a farmácia, a igreja, o grupo escolar, feiras semanais, clubes recreativos, a padaria, o hospital, o barracão e a cantina (GÓES, 1963, apud, BARROS, 2002).

Tal como se deu na cidade de Paulista-PE, a CTRT recorre ao sistema de aliciamento familiar com vistas a preencher as várias ocupações decorrentes da construção, manutenção e atividades fabris. Os aliciadores eram mandados para o interior dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte com a incumbência de recrutar famílias camponesas numerosas que viviam em situação de pobreza. Como os agentes aliciadores ganhavam por cabeça, havia a preocupação de levar famílias com muitos membros. Para chamar atenção dessas pessoas eles inventavam promessas irrealistas, como a de que em Rio Tinto os chafarizes jorravam leite e havia montanhas de cuscuz (COSTA, 2010).

Diante da difícil situação em que a maioria dessas famílias se encontrava em seus locais de origem, em virtude da fome e opressão, as promessas de melhores condições de vida eram bem aceitas. Então eles eram transportados na sopa, um modelo de ônibus antigo e aberto, que não oferecia nenhum conforto ou maior segurança, mas bancos de ripa de madeira. Esse transporte também era feito em pau de arara.

² Trata-se de um estilo decorativo que surgiu na década de 1920 e em que predominavam as linhas retas ou circulares estilizadas, bem como formas geométricas e o design abstrato.

Quando chegavam a Rio Tinto, as famílias eram alocadas em casas, o que poderia ser feito em conjunto com outros grupos ou em galpões. Barros (2002) cita uma época em que devido a grande procura de mão de obra algumas casas de dois quartos abrigavam até quatro famílias. As casas onde cada família era alocada eram determinadas com base no número de trabalhadores da fábrica por família, bem como pela atividade exercida na fábrica. Essa ação era feita pelo próprio Frederico acompanhado por sua equipe.

De acordo com Barros (2002), muitas famílias aliciadas tinham pais já em idade avançada para os cargos fabris, então o principal alvo da CTRT, eram os filhos e filhas dessas famílias. Visando a inserção dessas crianças no seu quadro de funcionários, a CTRT alterou suas idades, acrescentando anos a mais em seus registros de nascimento.

Através de ações e discursos paternalistas, a CTRT exercia com certa sutileza um domínio sobre vários aspectos da vida do trabalhador. Um exemplo dessa apropriação ocorria quando a CTRT cedia um pedaço de terra aos trabalhadores mais velhos para que produzissem alimentos sob as exigências da companhia, que estabelecia o que cultivar e a quanto vender para a mesma. O destino desses produtos era o barracão, onde eram vendidos para os operários (MARQUES, 2009).

Esse domínio também era exercido através de outras atividades como as educacionais e de saúde. Assim, a CTRT mantinha escolas, postos de saúde e um grande hospital. Não podemos deixar de destacar como essa prática também ocorria através do lazer, uma vez que a CTRT organizava festas, vaquejadas, excursões à praia, jogos e noites de sessões de cinema no cine teatro Orion, que começou a funcionar em 1944. Além disso, havia cinco clubes de recreação, sendo o principal destinado aos diretores e donos da fábrica (COSTA, 2010).

Em épocas de eleição os operários não tinham a liberdade de escolher em quem votar, por que eram induzidos a votar no candidato apoiado pela CTRT. Assim, em 1955 Francisco Gerbasi, que já ocupava cargo na diretoria da fábrica, foi eleito prefeito do município de Mamanguape, onde iniciou o processo de emancipação do município de Rio Tinto que ocorreu através da Lei Estadual nº 1.622 de 6 de dezembro de 1956 (BARROS, 2002).

De acordo com a autora acima citada, visando garantir a ordem e a disciplina a CTRT possuía um grupo de policiais, mais conhecidos como batedores, que com crueldade impunham o respeito através do medo. Esse grupo era formado por homens corpulentos e vindos das áreas mais perigosas do interior dos estados.

No entanto, essa opressão não impediu que após o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns operários se revoltassem contra os alemães que estavam à frente de importantes cargos na fábrica. Os operários acreditavam que se os alemães tinham perdido a guerra não tinham o

direito de comandar brasileiros e deveriam sair da cidade. Em agosto de 1945 os operários invadiram as casas dos alemães, jogaram seus móveis fora e botaram fogo em tudo. Tentaram destruir a fábrica, mas foram impedidos pelos soldados do exército, então rumaram para o palacete dos Lundgren, onde houve o saque e destruição de várias coisas (BARROS, 2002).

Uma das coisas mais temidas pelos Lundgren, por fim teve início no final da década de 1950. Trata-se do surgimento de movimentos populares decorrentes do nascimento do sindicato e aumento da mão-de-obra. Os operários passaram a se organizar para reivindicar melhorias nas condições de vida e trabalho.

Nesse período, frente ao processo de modernização pelo qual passavam as fábricas do sul do país, a CTRT empreende algumas mudanças em suas instalações, como a compra de novos teares. No ano de 1962, a CTRT foi contemplada pelo programa de reequipamento da indústria têxtil promovido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (BARROS, 2002).

Foram realizadas compras de novos equipamentos e reformas nos galpões. A modernização da fábrica foi acompanhada por demissões expressivas, uma vez que as máquinas novas requeriam poucos operários. Entre os anos 1963 e 1964, com a desativação da tecelagem que se localizava nas terras da aldeia Monte Mor, mais de 2.000 funcionários foram demitidos (BARROS, 2002).

De acordo com Costa (2010), os investimentos federais foram insuficientes para retirar a CTRT do quadro de decadência uma vez que as etapas de produção não foram contempladas de forma igualitária. Apesar da modernização, ainda havia máquinas antigas, o que influenciou negativamente na produtividade geral fato que contribuiu para a decadência da indústria têxtil nordestina, inclusive a CTRT, que perdeu competitividade frente às indústrias do sul do país. A decadência se deu aos poucos até que em meados da década de 1980, deixou de funcionar.

3.1 A degradação da Mata Atlântica promovida pelo Grupo Lundgren

Para atender as suas necessidades o ser humano faz mudanças no espaço em que vive. Essas mudanças quando não corretamente planejadas, no que se refere ao meio ambiente, podem provocar certas consequências que levam ao impacto ou degradação ambiental.

Sobre a construção da CTRT Mello (2002) fala que este “empreendimento consistia em converter ponderável área do vale do rio Mamanguape, onde ‘existiam apenas índios, madeira e impaludismo’, em moderna comunidade industrial” (MELLO, 2002, p.72).

De acordo com Barros (2002), ao serem observadas por pessoas leigas no assunto, as terras que compunham a Vila da Preguiça não apresentavam tantas vantagens, uma vez que o terreno era pantanoso, ou seja, alagado em virtude da proximidade com o rio Mamanguape. No entanto o coronel Frederico não era leigo e tinha bem em mente o que estas terras poderiam lhe oferecer.

Segundo Macedo (1988, *apud*, Barros, 2002), a região possuía aspectos positivos a implantação da fábrica, como as vantagens locacionais, já que a região apresentava portos naturais, o que favorecia o intercâmbio comercial tanto nacional como internacional. Mas isso não é tudo, pois a região apresentava extensa área de floresta, permitindo o corte de madeira para o consumo da fábrica.

Costa (2010) confirma as vantagens proporcionadas pelas terras do engenho Preguiça “uma vez que eram drenadas por vários afluentes da margem esquerda do rio Mamanguape, a exemplo dos rio Tinto e Gelo e dos riachos Catolé e Bica” (Costa, 2010, p.185). Ainda de acordo com o autor, a região apresentava

[...] grandes trechos cobertos por florestas, cerrados e manguezais, cuja exploração garantiria o suprimento de lenha para as fornalhas da fábrica e de madeiras usadas na construção civil; a existência de inúmeros rios e riachos, imprescindíveis para o transporte das mercadorias produzidas, bem como para o abastecimento das residências e das atividades produtivas (indústria, agricultura e criação) (COSTA, 2010, p.187).

Segundo Mello (2002), havia certa contradição envolvendo o empreendimento do Grupo Lundgren, que apesar de ser essencialmente industrial, estava inserido em relações feudais, uma vez que necessitava de extensas áreas territoriais destinadas à exploração de madeira para energia termoelétrica.

O autor acima citado ainda nos diz que antes de iniciar os trabalhos da construção da fábrica e da cidade, era preciso fazer obras de saneamento no local, o que foi feito em duas etapas que envolveram a plantação de eucaliptos e a execução de trabalhos de engenharia sanitária. O eucalipto é uma espécie vegetal capaz de armazenar água nas raízes e assim secar a terra pela drenagem do local onde é plantado. Assim, esta espécie foi amplamente cultivada pelo Grupo Lundgren.

Em entrevista cedida a Costa (2010) o então Diretor do Patrimônio, Sr. Walter Schumacher, explicou que após a compra das terras do engenho Preguiça a CTRT desmatou parte do mangue, aterrou uma grande extensão dos rios do local e drenou as águas que ainda permaneciam represadas, e para acelerar a drenagem do terreno plantou eucalipto.

Percebemos então que a construção da cidade de Rio Tinto, que se deu paralelamente a construção da fábrica, provocou uma série de danos ao meio ambiente (BARROS, 2002).

Na época da chegada da família Lundgren a maior parte das terras indígenas de Monte Mor apresentava densa floresta conforme mostra o relato de um morador antigo da aldeia (81 anos), cuja família já habitava estas terras na época da chegada dos Lundgren. Ele nos diz que: “as casas eram na Rua da Gameleira. Aqui tudo era mata tudo aqui era mata. A rua que tinha era aquela Rua da Gameleira e essa igreja (Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres) e a rua era aquela, aqui era tudo mata, tudo era mata” (Entrevistado nº 1, entrevista concedida em 08/11/2012).

Durante a década de 1930, os Lundgren começaram a ocupar as terras indígenas, seja por compra ou por tomada forçada. Nesse período teve início à construção da Atlântida Fábrica Regina na parte alta das terras, bem como das casas de alvenaria destinadas aos operários da fábrica. Estes trabalhos concorreram não apenas para mudanças socioculturais, tendo em vista a descaracterização dos hábitos e tradições indígenas, incluindo seus costumes e forma de viver, como também mudanças ambientais, uma vez que extensa área de floresta foi desmatada para ceder espaço às construções (NASCIMENTO, 2007).

Sobre este assunto, o morador antigo da aldeia Monte Mor afirma que:

Primeiro botaram a mata abaixo, naquele tempo as máquinas viraram tudo ali e depois plantaram eucalipto, foi a plantação de eucalipto, ali tudo era eucalipto, ali em Jaraguá era eucalipto e pegou fazendo ruas, primeiro a Paulista, segundo a Catolé, Concórdia e a fábrica foi primeiro pra depois sair fazendo as casas pra ir colocando os funcionários (Entrevistado nº 1, entrevista concedida em 08/11/2012).

Assim se deu a descaracterização da paisagem da aldeia Monte Mor em função do capital industrial. Tendo por alvo o desenvolvimento econômico, toda e qualquer interferência por mais brusca que tenha sido na cultura dos habitantes originais e no meio ambiente parecia estar justificada.

De acordo com Cardoso e Guimarães (2012), a CTRT invadiu grandes áreas pertencentes aos indígenas, principalmente, para explorar madeira de lei para a construção do complexo industrial e lenha para suas máquinas. Nesse período os índios foram expulsos de suas terras, suas roças foram destruídas e o acesso aos recursos ambientais foi restringido.

Na década de 1930 foi instalado um posto indígena na aldeia São Francisco. Nesse período o encarregado do posto denunciava que as matas da região estavam degradadas em virtude da grande quantidade de árvores retiradas para a indústria têxtil, com consequências para a caça e as nascentes.

4 A CULTURA CANAVIEIRA COMO AGENTE DE MUDANÇAS DO MEIO AMBIENTE

4.1 Processo de inserção e desenvolvimento da cultura canavieira no território brasileiro

Já nos séculos XV e XVI as nações europeias ansiavam conquistar terras na África e na Índia no intuito de crescer o comércio feito até então por rotas terrestres e pelo Mediterrâneo. Assim, motivos econômicos constituíram o carro forte do movimento de expansão do capitalismo comercial e da influencia europeia na África, América e Ásia. Também destacamos outros motivos como o desenvolvimento científico, o aprofundamento da arte da navegação, o crescimento populacional, além das utopias criadas na Antiguidade e que se perpetuaram ao longo dos séculos (ANDRADE, 2000).

Diante da crise gerada pela concorrência com as demais nações europeias, como Espanha, Itália, Holanda, Inglaterra e França, bem como pelo bloqueio das cidades de Constantinopla e Alexandria ocasionado pelos turcos otomanos, o que representou problemas de abastecimento de produtos provenientes dos mercados orientais, entre eles seda, gengibre, cravo-da-índia, noz-moscada e chá, uma alternativa era desbravar os oceanos no sentido de encontrar uma saída (COSTA, 2010).

Durante o século XV a Coroa Portuguesa se dedicava a exploração da costa ocidental da África a procura de ouro e escravos, e na colonização das ilhas do Atlântico Norte (Madeira, São Tomé, Cabo Verde e Açores), onde cultivavam a cana-de-açúcar. No intuito de explorar as riquezas das Índias, no início do século XVI os navegadores portugueses já tinham ultrapassado o Cabo da Boa Esperança. Foi então que eles chegaram à costa brasileira.

De acordo com Giansanti (1998) quando os colonizadores aportaram nestas terras se depararam com a Mata Tropical Atlântica, densa floresta tropical que apresentava árvores de grande porte e variados estratos, além de rica fauna. Sobre o processo de ocupação nas áreas dessa formação vegetal, o referido autor destaca que:

Inicia-se com a extração intensiva do pau-brasil, utilizado na tinturaria e na construção. Árvores desse tipo foram retiradas até quase a extinção por portugueses e aventureiros espanhóis, holandeses e franceses. Posteriormente, os portugueses introduziram lavouras de cana-de-açúcar e culturas de subsistência nos solos férteis da Zona da Mata nordestina (GIANSANTI, 1998, p. 76).

Este fato também é confirmado por Andrade (2004, *apud*, Lima, 2011) que nos diz que o processo de destruição da mata teve início com a derrubada do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), seguida da coivara para queimar a vegetação rasteira para então plantar a cana-de-

açúcar. De fato, o comércio envolvendo essa espécie vegetal se mostrava como a principal, senão a única, forma de exploração encontrada até então nas novas terras, tanto que Vespúcio em suas cartas chegou a dizer que: “as terras do Brasil não tinham riquezas a explorar, com exceção do pau-brasil” (ANDRADE, 2000, p. 27).

Durante as três primeiras décadas do processo de colonização do Brasil, a atividade econômica de maior destaque era a extração de árvores, sobretudo o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), amplamente encontrada no interior da exuberante formação vegetal que recobria a costa oriental da terra recém-descoberta (COSTA, 2010).

Os portugueses já importavam essa madeira do Ceilão com o nome de pau-da-china, mas a qualidade do produto e a posição do Nordeste do Brasil em relação à Europa, o que tornava o frete mais barato, fez com que a nova terra ganhasse grande competitividade, tanto que em 1503 a Coroa já possuía o monopólio do comércio do pau-brasil, que fora arrendado a um consórcio de comerciantes portugueses e italianos liderados por Fernão de Loronha. O pau-brasil foi de tamanha importância para exploração da nova terra que o período compreendido de 1500 a 1535 é citado por alguns historiadores brasileiros como Ciclo do Pau-Brasil. Vale ressaltar que essa produção se estendeu até 1859 (ANDRADE 2003).

A realização do comércio envolvendo a exploração da madeira com os nativos durante o século XVI podia ser feita sem a efetiva ocupação das terras (Furtado, 2005). Depois de transportada até o navio a carga seguia em direção as metrópoles europeias onde era utilizada na indústria de tingimentos, fabricação de embarcações e móveis, construção civil e produção de medicamentos (Costa, 2010). Além disso, como o foco era a Índia o governo português deixou a nova terra, um tanto quanto abandonada, contentando-se no decorrer de três décadas, com o envio de algumas expedições (ANDRADE, 2000).

A insatisfação das demais nações europeias, a exemplo da França, frente à divisão das terras então “descobertas” envolvendo apenas Espanha e Portugal, além do fato de a Coroa Portuguesa não ter de imediato praticado uma política de ocupação efetiva das terras, contribuiu para que Portugal sofresse com os corsários ingleses, holandeses e franceses (Costa, 2010). Guiadas pelo princípio de que os portugueses não tinham direito as terras que não fossem realmente ocupadas, as nações europeias exerceram certa pressão política sobre Portugal, que logo iniciou um processo de ocupação das terras (FURTADO, 2005).

No entanto, espanhóis e, principalmente, franceses também comerciavam na costa brasileira ainda que clandestinamente. Os franceses começaram a fazer contato com o indígena e desenvolveram um comércio baseado no escambo, assim aos índios eram

oferecidos objetos vistosos e de pouco valor em troca de produtos da terra, principalmente toros de pau-brasil (ANDRADE, 2003).

Diante da ação dos franceses na costa brasileira, comercializando o pau-brasil, o rei D. João III determinou que se iniciasse o povoamento da colônia. A Martim Afonso de Souza foi designada à tarefa de ocupar e dividir político-territorialmente as terras brasileiras. Em 1531 as primeiras sesmarias foram distribuídas àqueles que demonstravam o desejo de morar e fazer produzir a terra, entre eles os que tinham prestado serviço a Coroa como médios comerciantes, militares, navegadores e burocratas. Em virtude da insuficiência de recursos para conquistar e povoar a terra, o governo português criou o sistema de capitanias hereditárias. As capitanias eram grandes extensões de terra, cuja largura variava entre 30 e 100 léguas, que iam da costa até o limite de Tordesilhas. (NEVES, 1998; GARCEZ, 2001, *apud*, FERRARO JUNIOR & BURSZTYN, 2010).

O rei selecionou um grupo de pessoas de alto prestígio para dirigir as 12 capitanias, que formavam 15 lotes, uma vez que Martim Afonso de Souza ficou com dois e seu irmão Pero Lopes de Sousa com três (Andrade, 2003). Nesse sistema não havia propriedade privada da terra, uma vez que a posse da terra continuava com a Coroa que apenas cedia aos donatários à concessão de uso incluindo o direito a herança (NAKATANI, *et al.* 2012).

Entretanto algumas capitanias ao menos foram ocupadas, apenas duas se mantiveram desde o início, a de São Vicente, concedida a Martim Afonso de Souza e a de Pernambuco concedida a Duarte Coelho (Costa, 2010). Neste sistema de colonização está a raiz das propriedades latifundiárias, bem como da exploração das terras visando uma economia de exportação (TARGINO, 2002, *apud*, LIMA, 2011).

Em 1854 passou a vigorar a Lei Imperial nº 601, mais conhecida como a Lei de Terras, que intencionava modificar as relações em torno da terra e estimular a produtividade, mas que diminuiu a possibilidade do acesso a terra pelos menos favorecidos e acirrou a grande propriedade. A terra passou a ser vista como mercadoria estando ao alcance daqueles que pudessem compra-la. De acordo com a Lei, para serem reconhecidas as propriedades deveriam ter registros paroquiais (Decreto Imperial nº 1318, de 30/01/1854) (FERRARO JUNIOR e BURSZTYN, 2010).

A inserção da cultura canavieira no Nordeste é de longa data, desde 1526 (Castro, 1967, *apud*, Ferraro Junior e Bursztyn, 2010). E foi no litoral oriental dessa região que a civilização do açúcar passou a se desenvolver, mais precisamente entre a capitania de Itamaracá e a capitania de Bahia de Todos os Santos. A região possibilitava condições favoráveis à expansão da cultura da cana-de-açúcar, como um clima chuvoso, quente e úmido,

a existência de um solo argiloso muito fértil, topografia suave, bem como a localização da Zona da Mata que contribuía para a redução do tempo e os custos de transporte de produtos em direção à metrópole (COSTA, 2010).

Em decorrência dessas características a cultura canavieira rapidamente se espalhou pelas várzeas de importantes rios da região, entre eles o Mamanguape, Paraíba do Norte, Goiana, Igarassu e Capibaribe. Prado Júnior (1987, *apud*, COSTA, 2010) nos diz que paralelo a essas ações, extensos trechos de floresta eram derrubados e engenhos eram instalados. Sobre este assunto Giansanti fala que: “a derrubada de matas visava dar espaço a monocultura e permitir o suprimento de lenha para os engenhos” (1998, p. 76). Nestas unidades de produção eram fabricados açúcar (principal produto), mel de furo, rapadura e a aguardente.

Segundo Lima (2011), ao lado da agricultura de exportação eram cultivadas lavouras de subsistência que também supriam o mercado local e regional. As melhores terras eram destinadas a agricultura de exportação, ao passo que essas lavouras ocupavam pequenas propriedades, que na maioria das vezes, apresentavam baixa fertilidade e difícil acesso. Essa característica era encontrada nas terras dos engenhos, onde o plantio de cana-de-açúcar ocupava as melhores porções do terreno e as demais áreas eram destinadas a atividades como as culturas de subsistência, pastagens e reservas florestais (COSTA, 2010).

Das reservas florestais eram extraídas madeiras para serem usadas em diversos fins, como na construção de embarcações, casas, móveis, além da produção de lenha, recurso indispensável para o funcionamento das fornalhas dos engenhos. Em virtude do aumento da atividade açucareira, mais árvores eram derrubadas para mover as fornalhas dos engenhos, fato que levou a destruição das matas próximas aos engenhos. Consequentemente, essa fonte energética passou a ser extraída de lugares cada vez mais distantes da unidade de produção.

A expansão da cultura canavieira trouxe inúmeros prejuízos, não apenas para o meio ambiente, em função da desfiguração de vários ecossistemas, mas também sociais e culturais, uma vez que as terras antes ocupadas e utilizadas pelos nativos foram usurpadas pelos que se jugaram no direito de fazer tal ação em nome do chamado processo de civilização. Sobre este assunto Freire (1967, *apud*, COSTA, 2010) nos diz que:

Sabe-se o que era a mata do Nordeste, antes da monocultura da cana: um arvoredo “tanto e tamanho e tão basto e de tantas plumagens que não podia homem dar conta.” A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador, mas ao mesmo tempo devastador. O canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do Nordeste que um tanto ironicamente se chama “a zona da mata”, entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios (1967, p. 45, *apud*, COSTA, 2010, p. 133).

Ao se ocupar as terras para o plantio da cana-de-açúcar a dinâmica era a mesma, de início se queimava o terreno, na prática conhecida como coivara, em seguida, o cultivo, a colheita e o posterior abandono do terreno quando o solo mostrava vestígios de empobrecimento. Diante disso, outros terrenos tinham de ser ocupados, fato que contribuiu ainda mais para a degradação do meio ambiente.

4.2 A expansão da cultura canavieira no Litoral Norte do Estado da Paraíba

Em fins do século XVIII a região do Baixo Mamanguape na Capitania da Paraíba apresentava dois importantes aglomerados urbanos, a vila de Monte Mor³ e a vila da Traição. Após a saída dos indígenas a povoação de Mamanguape passou a ser ocupada pelos colonos e autoridades locais.

Em 1774 a vila de Monte Mor possuía 1.313 fogos (casas), constituindo a terceira maior aglomeração urbana da Capitania, estando atrás apenas da cidade da Paraíba e da vila de Pombal. Neste mesmo ano a vila de Monte Mor contava com 4 engenhos e 75 fazendas, diferente do que ocorria nas povoações encontradas no vale do rio Paraíba do Norte (cidade da Paraíba, vila de Nossa Senhora do Pilar e freguesia de Taipu) que contavam com 29 engenhos e apenas 1 fazenda de criação de gado, ao passo que nas aglomerações situadas no sertão da Capitania, a exemplo da vila de Pombal e as freguesias de Campina Grande e dos Cariris de Fora, apresentavam apenas fazendas de criação. Assim, a vila de Monte Mor era a exceção encontrada no Litoral canavieiro (ANDRADE, 1984, *apud*, COSTA, 2010).

Por ser uma alternativa considerada barata que dependia de poucos trabalhadores (os vaqueiros, que eram trabalhadores livres), a pecuária extensiva se expandiu pelos tabuleiros ocupados pelos campos e cerrados, ao passo que as terras mais úmidas e férteis eram destinadas ao cultivo da cana.

Além da cana-de-açúcar e da pecuária, a paisagem do vale do rio Mamanguape foi também ocupada pela cultura do algodão que ganhou impulso a partir da Primeira Revolução Industrial. A cultura da cana-de-açúcar passa a adquirir o status de principal atividade econômica do baixo e do médio vale do rio Mamanguape nas últimas décadas do século XIX, quando passa a ocupar todo o baixo vale, seguindo pelo Agreste estendendo-se até onde as condições climáticas permitiam.

³ De acordo com Rodrigues (2008. P. 39-40, *apud*, Costa, 2010, p.140), a vila de Monte Mor situada atualmente no município de Rio Tinto com a denominação de vila Regina, foi construída pelos padres jesuítas no intuito de abrigar os índios Potiguaras que não se entendiam com os portugueses.

Por gerenciar a produção, beneficiamento e comercialização do algodão e do açúcar, na época os principais produtos de exportação, o município de Mamanguape ganhou relativo destaque econômico, passando a constituir o grande centro comercial do Litoral Norte da Província. Durante quase cem anos Mamanguape desfrutou de intenso desenvolvimento econômico, o que era visto com maus olhos pelas autoridades da Província, já que toda a produção da região ia para o Recife pelo porto de Salema, assim a capital não tinha como exercer seu controle tributário.

No entanto, em fins do século XIX a prosperidade econômica do município passou a declinar em virtude das limitações do porto de Salema, da construção da primeira estrada de ferro ligando a capital ao interior da província em 1883 e da assinatura da Lei Áurea em 1888, que pôs fim a escravidão no Brasil, fato que contribuiu para a decadência de vários engenhos da região, uma vez que os senhores que antes possuíam muitos escravos perderam muito dinheiro em virtude da libertação destes.

A construção da CTRT, um empreendimento da família Lundgren, em 1918, e a inauguração da Usina Monte Alegre em 1940, contribuíram para que Mamanguape ressurgisse no cenário político e econômico do Estado da Paraíba.

Segundo Andrade (1957-b, *apud*, Costa, 2010), desde a sua construção em 1940, a usina Monte Alegre foi prosperando, se expandindo pelo vale do baixo Mamanguape em direção a sua foz, quando então foi detida pela CTRT, que para garantir a exploração de lenha, comprou os engenhos que lhe estavam próximos. Diante disso, a usina Monte Alegre teve que estender sua área em direção ao Oeste, acompanhando o vale do Mamanguape.

Naquele período os tabuleiros mostravam características impróprias ao cultivo da cana-de-açúcar, como solos arenosos, pobres em nutrientes e com drenagem irregular. Então, a cana-de-açúcar tinha de ser cultivada nas várzeas quaternárias e nas vertentes de solos mais férteis (COSTA, 2010).

Os endividamentos e a falta de modernização de suas unidades de produção levaram os senhores de engenho a decadência, assim suas terras foram pouco a pouco sendo anexadas pelas usinas, que contavam com incentivos públicos, como a isenção fiscal e a política de crédito subsidiado. Ao passo que uma forma de produção definhava, outra se erguia forte e imponente, que de acordo com Moreira e Targino (1997, *apud*, Costa, 2010), acarretou mudanças significativas envolvendo a organização da produção e do trabalho que trouxe consequências sobre a dinâmica espacial da Zona da Mata paraibana. O progresso técnico do setor açucareiro, que possibilitou a melhoria da qualidade do produto final, veio acompanhado da intensificação da propriedade da terra, da produção e da renda.

De acordo com Lima (2011), a zona da mata dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, renomeada pelo autor como “zona da cana”, constitui atualmente a principal região canavieira do Nordeste.

Antes de discorrer sobre o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, e suas consequências sobre a área de estudo, lembramos que a agricultura brasileira começou a se modernizar a partir de 1950, sendo influenciada pela criação dos Complexos Agroindustriais (CAI's), pela expansão do sistema de crédito rural, além da produção de bens industriais destinados ao setor primário.

Esse processo ocorreu em decorrência da chamada Revolução Verde. Idealizada pelos Estados Unidos essa política agrícola visava a exportação de um pacote tecnológico para as nações subdesenvolvidas (Abramovay, 1991, *apud*, COSTA, 2010). Vale ressaltar que o processo de modernização do campo observado no Brasil ocorreu de forma desigual, privilegiando algumas regiões, alguns produtos e alguns membros da sociedade.

Além disso, as chamadas culturas industriais de exportação, como a cana-de-açúcar, algodão, milho, soja e café, ganharam investimentos que a pequena lavoura comercial (mandioca, feijão, inhame, etc.) nunca contou. Não podemos esquecer que muitas famílias camponesas ficaram a margem desse processo cujos beneficiados foram apenas os latifundiários. A partir do PROÁLCOOL é que essas mudanças passaram a ocorrer mais intensamente na área canavieira do Estado da Paraíba.

Entre 1975 e 1985 o setor canavieiro paraibano começa a passar por um processo de modernização por meio do PROÁLCOOL, política governamental de incentivos fiscais e creditícios destinados tanto à produção industrial quanto à agrícola (Moreira *et al.* 2001). O Programa Nacional do Alcool foi criado pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, sendo que a partir de 1979 é que passou a ganhar força.

De acordo com Barros (2002), esse programa foi instituído como alternativa em virtude da crise energética gerada pela alta de preços do petróleo no mercado externo. As guerras envolvendo os principais produtores de petróleo do Oriente Médio e a ameaça da escassez desse combustível contribuíram para essa crise.

Diante disso o governo pretendia substituir os derivados do petróleo pela biomassa produzida a partir da cana-de-açúcar. Além disso, havia o interesse em estimular a indústria automobilística, recuperar o setor açucareiro e aumentar a oferta de energia primária na intenção de contribuir para as indústrias que usam o álcool como matéria-prima (MOREIRA & TARGINO, 1997, *apud*, COSTA, 2010).

De acordo com Moreira (*et al.*, 2001) na melhor fase do PROÁLCOOL o espaço agrário da zona canavieira da Paraíba passou por mudanças significativas, incluindo a

(...) ampliação da fronteira da zona canavieira estadual tanto de forma intensiva quanto extensiva. Por expansão intensiva, entende-se a expansão da cana no interior das propriedades tradicionalmente produtoras de cana, pela incorporação dos sítios dos antigos moradores. Por expansão extensiva, entende-se o crescimento do plantio da cana nas áreas dos tabuleiros litorâneos e em municípios do Agreste sem qualquer tradição no cultivo da cana-de-açúcar. Dessa dinâmica, resultou a substituição da vegetação nativa e de culturas alimentares e de matérias-primas pela cana (2001, p. 2).

De acordo com Egler (1984, *apud*, Costa, 2010) os estímulos governamentais promovidos pelo PROÁLCOOL levaram a expansão da monocultura açucareira aos tabuleiros do Litoral da Paraíba. As linhas especiais de crédito com longos períodos de carências criaram condições para superar as limitações edáficas dos baixos planaltos costeiros e a mecanização dos topos planos. A cultura da cana-de-açúcar não estava mais limitada pelas características naturais, mas começou a atingir áreas que até então eram utilizadas pela lavoura de subsistência e coco-da-baía (COSTA, 2010).

Analisando o Mapa 2, podemos observar os municípios da zona da Mata paraibana onde a cana-de-açúcar já era cultivada (Mamanguape, Itapororoca, Sapé, Cruz do Espírito Santo, Santa Rita, Juripiranga e Pedras de Fogo) e os municípios alcançados por essa cultura a partir do PROÁLCOOL (Mataraca, Baía da Traição, Jacaraú, Caaporã, Lucena, Mari, João Pessoa, Conde, Alhandra, Pitimbu, São Miguel de Taipu, Pilar e Rio Tinto).

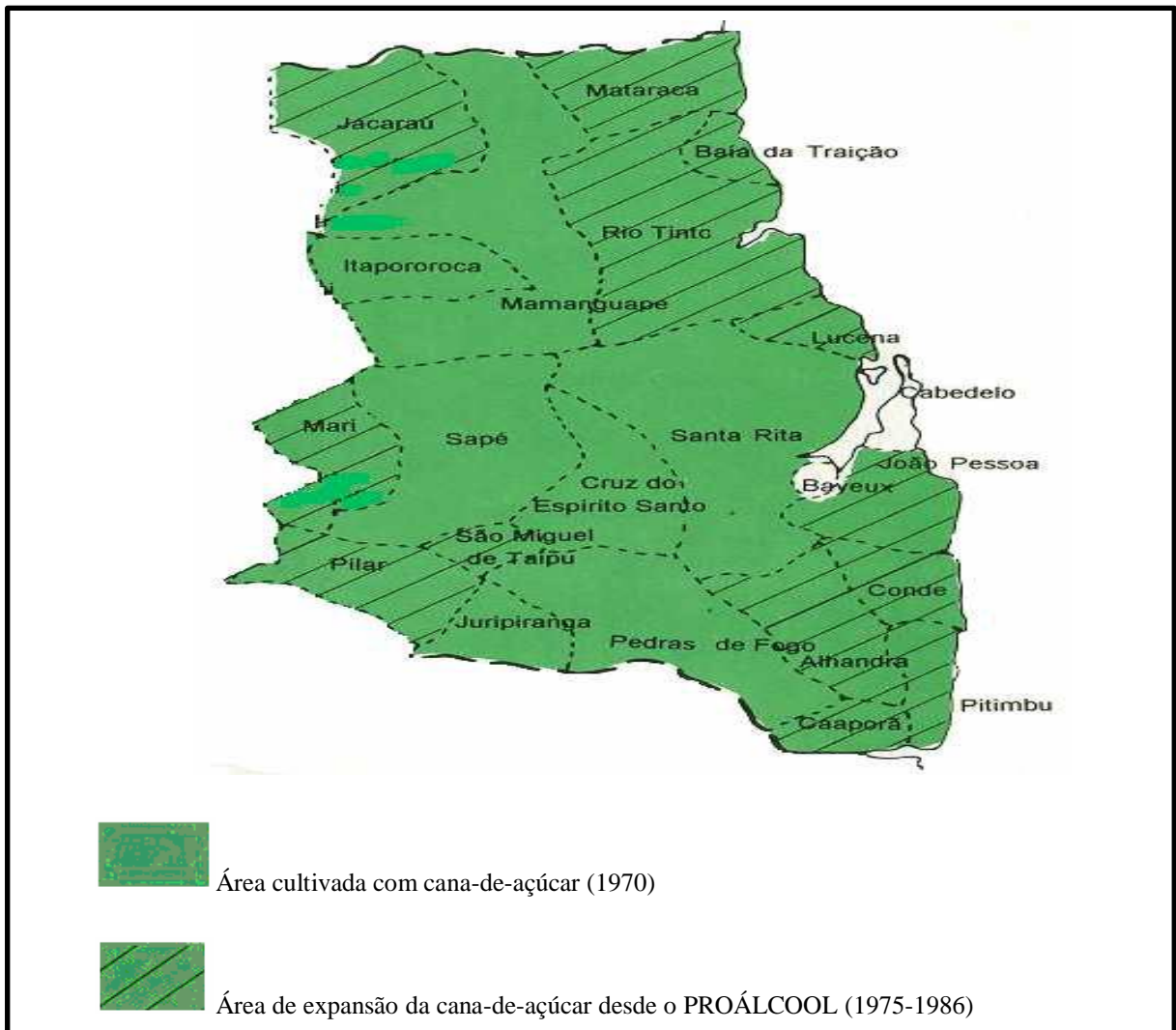
Sobre esse assunto, Marques (2009) nos diz que antes do PROÁLCOOL a produção de cana-de-açúcar no estado da Paraíba ocorria em 15 municípios, já durante a década de 1980 através dos incentivos concedidos pelo programa, outros municípios aderiram a essa cultura somando 38 municípios dentre eles Baía da Traição, Mataraca e Rio Tinto.

A atenuação da crise energética e os acordos do Brasil com o FMI no contexto da crise externa brasileira que exigiam uma revisão das políticas de subsídios do governo brasileiro, bem como da crise interna do estado brasileiro levando a necessidade de rever seus gastos, contribuíram para a desestruturação do PROÁLCOOL, fato que se iniciou na década de 1980 e cujas consequências foram sentidas por muito tempo (Moreira, *et al.* 2001). No entanto, a recuperação do setor automobilístico nacional e a procura de fontes energéticas limpas e renováveis, que causam um menor impacto ao meio ambiente, como o etanol, contribuíram para o crescimento do setor sucroalcooleiro.

Sobre a expansão da cultura canavieira, Costa (2010) nos diz que:

No município de Rio Tinto, por exemplo, a cultura da cana-de-açúcar registrou um crescimento vertiginoso, ou seja, entre os anos de 1970 e 2006 a quantidade

produzida aumentou de 4.151 para 333.052 toneladas, um incremento de mais de 8.000%. Enquanto isso a área plantada passou de 87 para 7.821 hectares, um incremento de cerca de 9.000% em pouco menos de quatro décadas. Ao percorrer a zona rural do município em questão, é possível constatar o processo de substituição de amplas áreas que no passado foram cobertas pelas florestas ombrófilas, por áreas atualmente dominadas pela monocultura da cana-de-açúcar (COSTA, 2010, p. 157).



Mapa 2: Zona da Mata Paraibana: Área de Cultivo da Cana-de-açúcar (1970-1986)

Fonte: *Adaptado de*: MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Atlas de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1997-a, p.24, *apud*, COSTA, Francisco Fábio Dantas da. **A Dinâmica da Organização do Espaço na Região do baixo Mamanguape – Litoral Norte do Estado da Paraíba**. Recife: O Autor, 2010. p.155.

O avanço da monocultura da cana-de-açúcar não acarretou problemas apenas no meio ambiente, mas também sociais, uma vez que consolidou a concentração da terra e da renda, bem como passou a ser cultivada em locais antes destinados à pequena produção de alimentos praticada pelos trabalhadores rurais.

O PROÁLCOOL não apenas fortaleceu o setor sucroalcooleiro, como também impulsionou a expansão da cultura da cana-de-açúcar que aumentou a concentração da terra. Conforme demonstrado na pesquisa realizada por Costa (2010), na região do Baixo

Mamanguape que inclui os municípios de Baía da Traição, Marcação, Mamanguape e Rio Tinto, no período de 1970 a 1985 a expansão da cultura canavieira elevou ainda mais a concentração da propriedade rural. Rio Tinto foi o município em que a expansão da cultura canavieira foi mais expressiva desde a implantação do PROÁLCOOL. A este respeito o autor nos diz que:

Em 1970, por exemplo, existiam 1.893 pequenos estabelecimentos rurais (96,78% do total) que ocupavam 2.125 hectares (11,28% da área disponível). Enquanto isso, apenas 3 grandes estabelecimentos (0,15% do total) eram detentores de 8.901 hectares (47,27% da superfície total). Em 1980 a concentração foi ainda maior, pois 1.529 estabelecimentos (93,30% do total) possuíam uma área de 2.094 hectares (apenas 3,42% da área total), ao passo que 12 estabelecimentos (0,73% do total) dominavam uma área equivalente a 53.710 hectares (nada menos que 87,85% das terras). Por fim, em 1985 esse panorama praticamente manteve-se inalterado (COSTA, 2010, p.164).

Sob essa excludente estrutura agrária surgiu inúmeros conflitos envolvendo a posse e uso da terra diante da expansão da monocultura da cana-de-açúcar sobre as áreas usadas pelos pequenos trabalhadores rurais, inclusive pelos povos indígenas.

4.3 A cana-de-açúcar como agente transformador da paisagem do município de Rio Tinto – PB

Em decorrência da falência da CTRT, o grupo Lundgren passou a negociar alguns de seus imóveis, além de vender suas terras. Como podemos observar no Quadro 1, no período de 1981 a 1985, seus herdeiros venderam grandes parcelas de terras as empresas que controlavam a produção de açúcar e álcool em vários Estados da região Nordeste.

Ano	Área (ha)	Comprador
1981	7.652	Rio Vermelho Agro-Pastoril Mercantil
1982	2.247	Netumar Agrícola S.A.
1982	622	Conepar Cia. Nordeste de Participações
1982	1.219	Destilaria Miriri S.A.
1983	2.482	Japungu Agroindustrial
1983	8.492	Destilaria Miriri S.A.
1984	79	Rio Vermelho Agro-Pastoril Mercantil
1985	7.291	Destilaria Miriri S.A.
TOTAL	30.084 ha	

Quadro 1: Terras vendidas pela CTRT (1981-1985)
Fonte: Egler, 1986, p.163, *apud*, Barros, 2002, p. 39.

Com o advento do PROÁLCOOL, grande parte das terras do município de Rio Tinto foi usada a partir da década de 1980 para o cultivo da cana-de-açúcar, que acabou “desfigurando completamente a paisagem da região e destruindo grande parte das reservas de mata atlântica que ainda existiam no local.” (BARROS, 2002, p. 38).

Segundo Costa (2010), na época da falência da CTRT os incentivos governamentais do PROÁLCOOL, destinados aos usineiros e donos de destilarias, concorreram para que toda a Zona da Mata Nordeste apresentasse vestígios do avanço da cultura da cana-de-açúcar sobre os tabuleiros costeiros. E acrescenta que:

Grandes alterações foram verificadas na paisagem regional: substituição das áreas de florestas e cerrados por grandes plantações de cana-de-açúcar; processo de erosão acelerada dos solos; assoreamento dos leitos dos rios e riachos que drenam a área; contaminação dos solos e das águas pelo uso intensivo de defensivos químicos utilizados na lavoura (agrotóxicos); redução das espécies animais, etc. Essas modificações também repercutiram decisivamente nas formas de vida das comunidades tradicionais (pequenos agricultores, pescadores e caçadores, etc.), cuja sobrevivência encontra-se hoje ameaçada pela destruição dos recursos naturais (2010, p. 211).

De acordo com Nascimento (2007), até a falência da CTRT a aldeia Monte Mor ainda possuía uma bela reserva de mata atlântica. No entanto, com a venda de parte de suas terras para as usinas, essa reserva foi quase que completamente destruída em função da expansão da cultura canavieira. Assim, a área ficou fortemente descaracterizada.

Sobre como foi feito o desmatamento na época, um ex-funcionário da usina Miriri disse que:

Esse trabalho quando começou nessa área aqui que pertence agora à aldeia Monte Mor, começou com três máquinas, era uma da fazenda (usina) e duas alugadas, tudo máquina grande, aí a opção de desmatamento é assim o trator vai com a aquela tromba grande e vai encostando no pau e da ré, encosta no pau, o pau vira, ele da ré e pega a cepa pelo pau e sai empurrando né, e virando os outros e a máquina sai levando com tudo (Entrevistado nº 2, entrevista concedida em 23/01/2013).

A respeito do que era feito com a madeira, o mesmo afirmou que:

O trator primeiro saía derrubando aí ficava aquele mato verde no chão, aí levava um tempo para aquele mato secar, aí um outro tratorzinho, que era dois derrubando e um atrás só fazendo a coivara e colocando fogo e queimando. A fazenda (usina) fez muito aproveitamento de madeira, é tipo assim, botava gente pra fazer carvão, aí ela ficava recebendo só uma comissão daquele carvão que o povo fazia (Entrevistado nº 2, entrevista concedida em 23/01/2013).

De acordo com o entrevistado, esses trabalhos iniciaram em meados da década de 1980. Ao desmatar, foi dada preferência as áreas mais planas, sendo que algumas áreas de encostas ficaram preservadas. Nas margens de rios o uso das máquinas era feito até onde fosse possível, tendo em vista o risco de o trator atolar. Alguns desses aspectos podem ser

observados na Figura 1 que mostra um trecho desmatado (lado esquerdo e inferior) e outro relativamente preservado (lado direito). Relativamente, porque essa área, bem como a maioria da área verde da aldeia, é frequentemente degradada, mas isso será tratado no próximo capítulo.



Figura 1: Área desmatada pela usina e remanescente de floresta Atlântica (mata do Arrepia)
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013



Figura 2: Mata do Riacho da Encantada
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 29 de outubro de 2012

A instalação das usinas de álcool contou com aprovação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, demonstrando assim, o descaso deste órgão e do Estado para com os indígenas. Rapidamente vários plantadores de cana-de-açúcar passaram a fazer uso do território indígena visando à produção da matéria-prima para as destilarias (SILVA, 2010).

De acordo com a autora supracitada, mesmo depois da demarcação das terras indígenas entre os anos de 1983 e 1984, o que correspondeu a 20.800 hectares, a cana-de-açúcar ainda perdurava na paisagem, visto que em 1987 aproximadamente 70% desse território novamente estavam ocupados por plantadores de cana.

Vale salientar que essa ocupação contava com o apoio de alguns caciques que recebiam dinheiro e alguns bens dos usineiros. Ainda que cientes de que tal prática era proibida de acordo com o Estatuto do Índio (Lei nº 6001/73), extensa área foi arrendada para o cultivo da cana-de-açúcar favorecendo uma minoria ao passo que os demais ficaram em crítica situação de miséria (SILVA, 2010).

De acordo com Cardoso e Guimarães (2012), o período de arrendamento foi até o ano de 2006, quando então oficialmente essa prática não seria mais permitida em território indígena. No entanto, considerável área do território indígena continua tomada pela cultura canavieira. As usinas cedem sementes, adubos, defensivos e mão de obra para plantação. Ao comprar a produção, a usina já desconta o equivalente ao investimento. O cultivo da cana-de-açúcar suscita divergências na comunidade indígena, principalmente, nas aldeias onde quase não há área para plantar, e o pouco que existe está tomado pela cana, a exemplo da aldeia Camurupim que está numa região onde predomina o manguezal e coqueirais.

Se as ações executadas pelos Lundgren resultaram em relativa descaracterização da área tanto pela degradação da mata atlântica como pelos prejuízos sociais e culturais em relação aos indígenas que já habitavam a área, durante a intervenção das usinas produtoras de cana-de-açúcar essa degradação foi intensamente maior. Pois, ao se derrubar a mata para ceder espaço a essa cultura, algumas nascentes foram destruídas, animais foram mortos e pouco a pouco ficaram limitados aos fragmentos de mata atlântica que ainda resistem. Destacamos também as mudanças sociais observadas nesse período, pois os habitantes do local foram privados do acesso a terra para cultivar suas lavouras e criar seus animais. Como resultado, alguns passaram a fazer parte do quadro de funcionários dessas usinas.

Ao realizar o trabalho de campo na aldeia Monte Mor pudemos observar o resultado das ações empreendidas pelas usinas produtoras de açúcar e álcool sobre a floresta atlântica. Extensas áreas antes ocupadas por essa formação vegetal e posteriormente pela cultura canavieira se encontram sem uma cobertura vegetal que possa oferecer uma maior proteção ao solo que conseqüentemente, mostra sinais avançados de erosão, como as voçorocas. Algumas dessas áreas estão sendo utilizadas para a plantação de roçados tanto de culturas de subsistência, como as comerciais, mas as estratégias de recuperação dessas áreas ainda são incipientes. Abordaremos mais sobre este assunto no capítulo que se segue.

5 A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE INDÍGENA E A DEGRADAÇÃO DA FLORESTA ATLÂNTICA

5.1 Breve histórico sobre o povo Potiguara

De acordo com Andrade (2003), na época do “descobrimento” do Brasil, este se mostrava, conforme a tipologia formulada por Bernard Kayser, como um espaço indiferenciado, ou seja, um espaço subpovoado cujas condições naturais não apresentavam grandes mudanças em virtude da ação do homem. Acredita-se que cerca de dois a três milhões de indígenas habitavam todo o território nacional ainda na Idade da Pedra Polida, desconhecendo a escrita e desenvolvendo uma atividade econômica de subsistência, que incluíam a caça, a pesca, a coleta de frutos silvestres e uma pequena agricultura de produtos tropicais, dentre eles, a mandioca, o feijão e o milho.

Tendo por base a língua falada pelos indígenas, os etnógrafos geralmente os reúnem em grandes nações: os tupis encontrados no litoral, na região do Rio da Prata e do Baixo Amazonas; os gês ou tapuias habitantes do interior; os cariris encontrados no sertão do Nordeste; os nuaruaques habitantes da Amazônia ocidental e da Ilha de Marajó e os caribes, do Planalto da Guiana. Outros grupos menores também ocupavam áreas do Brasil. O modo de vida dos indígenas exigia extensas áreas, considerando que eles realizavam migrações sazonais, principalmente, no período de safra de alguns frutos abundantes em regiões diferentes, a exemplo do litoral nordestino onde era encontrado o caju (ANDRADE, 2003).

Segundo a fonte supracitada as tribos reuniam em tabas (aldeias) grande número de indivíduos que eram submissos às ordens do cacique e respeitavam uma autoridade religiosa, o pajé. As tabas eram formadas por ocas (habitações coletivas) que se dispunham espacialmente em círculo ao redor de uma área central. Essas habitações abrigavam inúmeros indígenas independente de sexo ou família, que por sinal era poligâmica. A terra era vista como bem coletivo de forma que não havia propriedade individual da terra. As famílias eram responsáveis pela fabricação dos utensílios de que precisavam.

O modo de vida dos primeiros habitantes do território brasileiro despertou o interesse de europeus, como Vespúcio que em suas cartas para seus patrões e amigos em Florença, destacava os desprendimento dos habitantes da área que não se possavam de bens materiais e que viviam em uma sociedade igualitária, bem diferente da sociedade de classes do continente europeu (Andrade, 2000). A esse respeito Giansanti (1998) fala que: “antes da chegada dos

européus, a densidade da ocupação indígena permitia um modo de vida apoiado na caça e coleta não predatórias” (1998, p. 75).

Visto que os homens se consideravam guerreiros e caçadores, importantes demais para realizar os trabalhos agrícolas, havia certa carga de atividades a serem realizadas pelas mulheres. O desentendimento entre tribos geralmente levava a guerra. Como não tinham o costume de escravizar os vencidos, os vencedores, matavam ou devoravam os mais fortes, sendo, portanto, antropófagos (ANDRADE, 2003).

Sobre esta característica Andrade (2000) fala que: “o que mais horrorizava, porém, era a antropofagia que foi descrita com requinte por Vespúcio, inclusive ao presenciar a morte de portugueses capturados e o seu uso como alimento pelos indígenas captivos” (2000, p. 26).

Em contato com o colonizador o indígena foi praticamente extinto, visto que foi expulso de suas terras, morto em lutas, submetido à escravidão e a desaculturação, além da transmissão de doenças comuns na Europa, mas desconhecidas na nova terra. Esses fatores contribuíram para grande mortandade entre os índios.

Atualmente o reduzido número de indígenas compreende índios aculturados vivendo nas cidades, quase que totalmente afastados de seus costumes e hábitos; índios que vivem em reservas sob a proteção da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como em grandes reservas como o Parque Nacional do Xingu e aqueles cujas tribos ainda não tiveram contato com o homem civilizado (ANDRADE, 2003).

Segundo Moonen e Maia (1992), potiguara, cujo significado indica “pescadores de camarão” ou “comedores de camarão”, era a identificação dada aos índios que no século XVI ocupavam o litoral do Nordeste do Brasil compreendendo as atuais cidades de João Pessoa na Paraíba e São Luís no Maranhão. Com base em um documento de 1.601 havia na Paraíba cerca de 14.000 potiguaras assistidos pelos franciscanos. No entanto estima-se que em 1.500 esse grupo chegava a mais de cem mil pessoas.

O contato com os franceses se deu desde o início do século XVI. Visando o comércio do pau-brasil eles fundaram um entreposto comercial na Baía da Traição, onde suas embarcações vinham buscar o produto. Para tanto, alguns franceses eram deixados para residir com os indígenas. A ação dos franceses em terras lusitanas desagradava ao Rei de Portugal. Frente a isso era necessário conquistar e povoar as terras ocupadas pelos potiguaras para assim expulsar os franceses.

De acordo com Mello (1995), a história da Paraíba se iniciou no vale do rio Tracunhaém que pertencia a Itamaracá, quando em 1574 o senhor de engenho Diogo Dias raptou a filha do cacique Iniguaçu, o que provocou a ira dos indígenas que influenciados pelos

franceses atacaram o engenho no Tracunhaém matando seus habitantes a exceção de um irmão de Diogo.

Sob esse cenário nasce a capitania real da Paraíba com o objetivo de conter a ação dos indígenas. No entanto, onze anos de conflitos entre os colonizadores e os indígenas que bravamente lutaram por suas propriedades comunais se seguiram até o início da ocupação em 1585. A vitória dos colonizadores se deu em face da divisão do campo indígena, uma vez que os portugueses tiraram proveito das diferenças étnicas entre as tribos indígenas (potiguara e tabajara) para prevalecer (MELLO, 1995).

Com os tabajaras lutando ao lado dos portugueses contra os potiguaras a terra é finalmente conquistada. Após assentar as bases da sociedade paraibana, os conquistadores se ocuparam com a subjugação dos potiguaras que se deu com grande brutalidade. Proibida por ordem régia, a escravização indígena durou pouco. Nesse período, a guerra contra os indígenas acabou em 1599, quando Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba de 1592 a 1600, impôs a paz aos potiguaras que foram agrupados em aldeias sujeitas a fiscalização militar dos capitães de aldeia e controle social dos missionários religiosos em cujas mãos perderam sua identidade cultural (MELLO, 1995).

Essas ações contribuíram para o que vamos chamar de primeira desterritorialização do povo potiguara, quando então são destituídos de seu território pelo colonizador europeu. Bem como, a primeira reterritorialização, uma vez que são submetidos a viver, ainda que em uma porção de seu território, de forma diferente a que costumavam viver, usar e perceber o seu espaço de vivência. Voltamos a afirmar que os processos de des-re-territorialização não são definitivos, assim verificamos que no decorrer do processo histórico do povo potiguara, esse grupo passou por vários processos de des-re-territorialização até chegar à atual condição de seu território.

Duarte Gomes da Silveira e Martin Leitão estão entre os primeiros portugueses a possuir sesmarias na região do vale do Mamanguape. Os trabalhos de aldeamento dos potiguaras e levantamento dos engenhos da região foram interrompidos por ocasião da invasão holandesa (BARROS, 2002).

Com a derrota dos holandeses em 1625, e sua posterior retirada, o território de Mamanguape permanece sob domínio lusitano e é retomada a restauração do antigo aldeamento indígena. No entanto, desentendimentos envolvendo os indígenas e os colonizadores acarretou a construção de nova aldeia, a aldeia Monte Mor (BARROS, 2002).

Os indígenas foram transferidos para o novo aldeamento, ao passo que as autoridades e os portugueses permaneceram na antiga aldeia. Como o estilo de vida dos indígenas de

Monte Mor não era compreendido pelos europeus, esse aldeamento ganha a denominação de Vila da Preguiça (BARROS, 2002).

De acordo com Marques (2009) através dos aldeamentos missionários era possível ocupar efetivamente os territórios, além de criar reservas de mão-de-obra, uma vez que esses índios poderiam ser usados como trabalhadores sujeitos a Coroa, sendo, portanto educados com base nos princípios de civilização e cultura europeus.

A política para esses “índios de pazes”, “índios das aldeias” ou “índios amigos” segue o seguinte itinerário ideal: em primeiro lugar, devem ser “descidos”, isto é, trazidos de suas aldeias no interior (“sertão”) para junto das povoações portuguesas; lá devem ser catequizados e civilizados, de modo a tornarem-se “vassallos úteis”, como dirão documentos do século XVIII. Deles dependerá sustento dos moradores, tanto no trabalho das roças, produzindo gêneros de primeira necessidade, quanto no trabalho nas plantações dos colonizadores [...] serão eles, também, os principais defensores da colônia, constituindo o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra inimigos tanto indígenas quanto europeus (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118, *apud*, MARQUES, 2009, p.93).

No decorrer do século XVII, os índios foram aldeados em missões religiosas. Segundo Moonen e Maia (1992) de acordo com um documento de 1774 no litoral da Paraíba havia quatro aldeamentos: Conde, Alhandra, Monte Mor e Baía da Traição, sendo os dois últimos habitados por índios potiguara. As missões chegaram ao fim no século XVIII, quando então os aldeamentos foram transformados em vilas indígenas e seus territórios sendo aos poucos incorporados pelas propriedades de fazendeiros. Em 1829 havia na província da Paraíba o contingente de 1.454 índios vivendo em nove vilas indígenas, dentre elas a vila de Monte Mor com 271 índios (MARQUES, 2009).

A promulgação da Lei de Terras em 1850 só aprofundou os problemas dos índios potiguara, pois suas terras eram usurpadas e compradas sob a alegação de que naquelas terras não havia índios. Tal fato demonstra o descaso das autoridades para com a causa indígena.

Segundo a tradição potiguara, em 1859 o Imperador D. Pedro II doou duas sesmarias aos índios potiguara, a de São Miguel e a de Nossa Senhora dos Prazeres de Monte Mor, chegando a medir um total aproximado de 34.320 hectares limitados entre o rio Camaratuba ao norte, o rio Mamanguape ao sul, o oceano Atlântico a oeste e a BR 101 a leste. No entanto, os documentos dessa doação nunca foram encontrados (MARQUES, 2009; MOONEM & MAIA, 1992).

Em 1862 D. Pedro II resolve fazer loteamentos nos aldeamentos para assim acabar com os conflitos entre índios e brancos na Paraíba e demais Províncias. Sob esse sistema cada família indígena receberia um lote em propriedade particular, sendo que o resto das terras seria distribuída entre a população regional não-indígena (MOONEM & MAIA, 1992).

De acordo com a fonte supracitada, o engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo foi incumbido de demarcar e distribuir as terras dos indígenas na Paraíba, primeiro em Conde e Alhandra, depois em Monte Mor, e em 5 de novembro de 1866 a sesmaria de São Miguel de Baía da Traição, ao que depois retornou a Monte Mor para a demarcação das posses, trabalho que durou de 6 de novembro de 1866 a 4 de setembro de 1867, quando o engenheiro contabilizou 237 posses sendo que 72 não foram distribuídas porque os índios não compareceram para receber seus lotes, talvez com receio de serem recrutados para o serviço da Guarda Nacional, uma vez que na época o Brasil estava em guerra contra o Paraguai (MARQUES, 2009; MOONEM & MAIA, 1992).

Um aspecto interessante é que a sesmaria de Baía da Traição foi a única na Paraíba que ficou como propriedade coletiva da comunidade indígena. Justa Araújo faleceu em 1868 e nenhum outro engenheiro foi nomeado para terminar o trabalho. No entanto, essa parte da história tem outra versão. De acordo com Palitot (2005, *apud*, Marques, 2009), foram encontradas provas de que Justa Araújo demarcou terras no Ceará em período posterior a demarcação de Monte Mor. Não sabemos a causa desse acontecimento, o fato é que em decorrência de as terras de São Miguel de Baía da Traição terem permanecido como propriedade coletiva, observou-se uma resposta diferente ao processo de invasão e desaculturação verificado nas outras aldeias.

Em 20 de junho de 1910 foi criado pelo decreto nº 8.072 o Sistema de Proteção ao Índio (SPI) que podia ser dividido em três eixos de articulação, a saber os postos indígenas, as Inspetorias Regionais e a Diretoria Regional, e cujas ações objetivavam a inserção dos indígenas na sociedade, transformando-os através da catequese e de relações de trabalho em mão-de-obra (LIMA, 1992, *apud*, MARQUES, 2009).

Essa agência teve sua atuação ampliada por ocasião do processo de burocratização e reorganização dos ministérios do Estado Brasileiro frente aos movimentos e crises mundiais da década de 1930. Apenas em 1926 é que o SPI começou a atuar de forma definitiva na região Nordeste com a instalação do Posto Indígena Dantas Barreto no Estado do Pernambuco (ROCHA, 2003, *apud*, MARQUES, 2009).

Às inspetorias regionais cabia fiscalizar, acumular informações e subordinar em nível regional os Postos Indígenas (PI), que por sua vez, podiam ser de nacionalização, alfabetização, fronteira, atração e criação. Até o período de 1950 nove postos foram instalados para dar assistência aos 10 grupos étnicos reconhecidos na região Nordeste. O estado da Paraíba, assim como o de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco fazia parte da Inspetoria Regional – IR 4. O posto indígena Nísia Brasileira,

criado em 1932 atuava junto ao povo Potiguara dando assistência aos índios em processo de contato (MARQUES, 2009).

Em 1922, Dagoberto de Castro e Silva foi incumbido de analisar as situações dos indígenas dos Estados da Paraíba e Pernambuco e escolher um local para a instalação de um posto indígena, que segundo o mesmo, seria um problema em virtude da necessidade de indenizar os ocupantes não índios. Em 1929, Antonio Martins Vianna Estigarribia é indicado como inspetor para discutir junto ao governador da Paraíba, na época João Pessoa, um acordo sobre as terras dos aldeamentos de São Francisco (Baía da Traição) e Monte Mor, a partir da introdução de um núcleo de assistência indígena (MARQUES, 2009).

Nessa época muitas terras já estavam ou passaram a ser arrendadas, e era o SPI que gerenciava os recursos provenientes dos arrendamentos, de modo que eram cobrados tributos dos arrendatários que possuíam pequenas faixas de terra, ao passo que os que detinham grandes extensões, caso da CTRT, eram deixados de fora (MARQUES, 2009).

No ano de 1948 ocorreram os primeiros marcos demarcatórios do Posto Indígena Nísia Brasileira, sendo que essa demarcação não incluía as terras ocupadas pela CTRT. Diante disso, um grupo de indígenas liderado por Pedro Ciríaco contestou essa demarcação (Peres, 2004, *apud*, Marques, 2009). Nesse contexto a demarcação das terras indígenas ficou restrita a documentação histórica de registro, cartas e documentos, sendo que tais documentos se limitam a alguns momentos de contato entre índios e europeus no decorrer dos séculos XVI e XVII e aos documentos de Justa Araújo.

Esses aspectos criaram condições propícias ao constante arrendamento das terras potiguaras e a CTRT fez parte desse processo. O depoimento cedido por um antigo morador da aldeia Monte Mor nos dá a dimensão de como a CTRT se apropriou das terras indígenas de Monte Mor. Eles nos conta que:

Ele chegou (coronel Frederico Lundgren), falou com meu pai, eram três herdeiros que tinham nessa ilha, três herdeiros sabe. As casas eram na Rua da Gameleira. Ele chegou e falou com meu pai: Boa tarde seu Antonio. Ele disse: boa tarde coroné. Seu Antonio eu vim aqui falar com três herdeiro aqui que tem nessa ilha. Ele disse: pois não é Antonio Piloto, Luiz Franco e Luiz Moreira. Ele disse: é esses três mesmos. Primeiro quero falar com o senhor. Ele disse: pois não. Eu vim aqui falar com o senhor pra o senhor fazer um acordo com a Companhia, o senhor faz seu Antonio. E papai: faço, o que o senhor quiser Coroné, eu quero. O senhor quer ir mais eu na casa desses outros dois. Papai: eu vou. Um morava ali na Paulista assim era a casa dele de taipa, de barro. Aí chamo Luiz Franco, aí ele saiu, seu Luiz, coroné quer falar com o senhor, ai ele veio. Boa tarde seu Luiz Franco. Boa tarde coroné. Eu vim falar com o senhor aqui pra o senhor fazer um acordo com a Companhia seu Luiz Franco. Aí ele disse: vou fazer acordo com a Companhia não, não vou pegar o que é meu e dar a Companhia não. Aí o coroné disse: Luiz eu não quero nada dos outros, eu vim falar pra comprar e pagar. Luiz Franco disse: vendo não. O coroné disse: pronto ninguém pode fazer nada seu Luiz. Aí foram pro outro lado da igreja assim tinha a casa dele, bateu, ele saiu. Compadre o coroné quer falar

com o senhor. Aí ele disse: Boa tarde coroné. Boa tarde seu Luiz Moreira, seu Luiz eu vim aqui pra o senhor fazer acordo com a Companhia. Aí ele disse: não tenho acordo com a Companhia não, não vou fazer acordo com a Companhia não, não vou pegar o que é meu e dar a ninguém não. Ele disse: seu Luiz eu vim falar pra comprar, não vim pedir, nem vim tomar. Mas não vou fazer não. Ele disse: tá certo, não quer fazer não posso fazer nada. Ai ele virou pra papai: é seu Antonio Piloto, só quem vai fazer acordo é o senhor. Ele disse: é. Aí eles dois disse: mas compade largue de ser covarde, de o senhor fazer isso pegar o que é seu e dá. Ele disse: dá não, eu vou comprar o de Luiz Piloto, se vocês não querem vender o de vocês, eu não posso fazer nada. Quando chegou mais na frente o coronel disse: o seu Antonio a sua família aqui é grande. Ele disse: eu tenho uns sobrinho aí, primo um bocado. Seu Antonio o senhor avisa a sua família o que vier a mais tarde eles não se intrometa não, não se meta no meio não. Ele disse: tá certo coroné. Cinco e trinta da tarde por essas horas, naquele muro que tem, vinha 15 homem, 15 vigia, 15, a ordem do coroné era de ir na casa desses dois homens pra desocupar a casa, como de fato desocupar até hoje, nem Luiz Moreira, nem Luiz Franco. Desapareceram de Rio Tinto até hoje (Entrevistado nº 1, entrevista cedida em 08/11/2012).

De acordo com esse depoimento o coronel Frederico pretendia comprar as propriedades das três famílias que habitavam as terras indígenas, as famílias Piloto, Franco e Moreira. Apenas uma negociou com o coronel. Segundo a fala do entrevistado, o coronel afirmou não estar ali nem pra pedir, nem pra tomar as terras daqueles moradores, mas foi exatamente isso o que aconteceu com aqueles que não se propuseram a fazer acordo com o coronel Frederico. Eles foram tratados com requintes de crueldade pelos capangas do coronel.

É então que destacamos um processo de desterritorialização, que a nosso ver foi um dos mais importantes da trajetória potiguará, pois acarretou severas mudanças no território de Monte Mor, mudanças essas tanto materiais como imateriais. Diante disso, ocorreu intensa descaracterização natural, social e cultural da área.

Após tomar as terras dos indígenas iniciaram-se os trabalhos de derrubada da mata, ao que se seguiu a construção da fábrica e dos arruados de casas para os operários. Isso pode ser confirmado na fala de um antigo morador da aldeia Monte Mor: “Começaram a fazer essas ruas, primeiro botaram a mata abaixo e pegou fazendo as ruas e a fábrica foi primeiro, pra depois sai fazendo as casas pra ir colocando os operários” (Entrevistado nº 1, entrevista concedida em 08/11/2012).

Esse fato é confirmado por Nascimento (2007). Segundo este autor, em meados da década de 1930 a Atlântida Fábrica Regina começou a ser construída na parte alta das terras, quando então os invasores “começaram a invadir essas terras e a descaracterizar o local com a construção de casas de alvenaria para os operários da fábrica” (NASCIMENTO, 2007, p. 15).

De acordo com a fonte supracitada, em fins da década de 1930 a CTRT continuava a expulsar as últimas famílias indígenas que ainda resistiam à opressão. Sob a dominação do grupo Lundgren os potiguaras não podiam, nem deviam se identificar como indígenas. Caso

isso acontecesse eram duramente castigados pelos vigias do coronel Frederico. Isso pode ser confirmado pela entrevista cedida por uma indígena a Nascimento (2007), onde ela fala que:

Oi, nesse tempo aqui não tinha esta casa, era tudo, era só casinha de paia, mas ele desconfiava que as casa de paia era dos índios, tocou fogo em tudim, tocava fogo... tocava fogo, acabou com os índio. Os que corredo ainda ta vivo, ta aqui neto, bisneto, tataraneto, tão aqui pa resolver agora o caso, porque véio mermo, os índios vei daqui, não tem mai não. É, tinha as casa queimada, queimava as casa dos índios, queimava e não podia dizer nada, porque se fosse dizer morria na hora. Quando a companhia e as usina... pa tumar isso aqui, pa tumar isso aqui, foi acabando com os índios daqui, afastando os índios, os que não afastou, morreu. Porque eles mandava matar mermo, mandava, nem tirava... Chegasse na casa, agora diga que essa terra é sua, porque se for sua, se dizer que é sua, morre. Os índios ia dizer? Quem ia morrer. Dizia, não, não é minha. Eles ia entrando, entrando e fazendo casa, fazendo tudo. E chegava na casa de outo, agora diga que essa terra é sua, é sua? Os índios dizia é não, como medo de morrer, e os que não queria dizer era dele, morrer. (Entrevista cedida a Nascimento, 2007, p. 16).

Na década de 1940, Monte Mor, agora denominada Bairro Vila Regina, mostrava sinais de descaracterização com ruas, avenidas, praça e clube para festa. Na década de 1960, a empresa Maguari adquiriu dois hectares de terra para plantação de coqueiros.

5.2 O processo de emergência da identidade indígena potiguará

O processo de emergência étnica dos potiguaras vem ocorrendo desde a década de 1980, quando ocorreram os primeiros manifestos públicos em prol da regularização das terras de Baía da Traição. Esse processo pode ser descrito como a mobilização política e cultural pelo reconhecimento de suas terras, que para os indígenas significa a recuperação das relações até então esquecidas (OLIVEIRA, 2002; ARRUTI, 1993, *apud*, MARQUES, 2009).

De acordo com a Lei nº 6001/73 (Estatuto do Índio), a FUNAI deveria demarcar as terras indígenas até o final de 1978. Como ao término desta data as terras indígenas de Monte Mor e Baía da Traição não tinham sido demarcadas, os índios tomaram a iniciativa de fazer esse trabalho, para tanto receberam o apoio da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Esse processo durou até o final de 1983 e início de 1984, mas não findou as invasões que nesse momento se deram em virtude da chegada dos usineiros (NASCIMENTO, 2007).

Com a aprovação da Constituição de 1988, a posse das terras indígenas estava assegurada aos índios. Isso com certeza influenciou os movimentos ocorridos durante a década de 1990, a exemplo do movimento liderado pelo senhor Vicente (cacique Vicentinho) da aldeia Jaraguá, pela reconquista das terras indígenas de Monte Mor. Em meio a muito esforço e determinação essa comunidade foi aos poucos obtendo vitórias aos seus objetivos, como o reconhecimento por parte do governo federal em 1997 de cento e onze famílias

cadastradas e do senhor Vicente (Vicentinho) como o cacique da aldeia Jaraguá. Atualmente o cargo de cacique da aldeia Jaraguá é exercido pelo senhor Aníbal.

Em extensão ao que ocorreu com a comunidade indígena de Jaraguá, na aldeia Monte Mor em fins da década de 1990 começa a surgir um movimento liderado pelo cacique Valdo (falecido) em prol do reconhecimento de suas terras e de sua descendência indígena. É então que a cultura indígena passa a ganhar mais força, mais representatividade, como quando os indígenas passam a se adornar e a reviver um traço cultural muito significativo que é a dança, o toré. Em 2002 o cacique Valdo (falecido) juntamente com a comunidade indígena e a UFPB, cadastrou 360 famílias. Com todas essas mudanças ocorrendo, a denominação Monte Mor ressurgiu e o Bairro Vila Regina passa também a ser conhecido como aldeia Monte Mor.

Através da Portaria nº 2.135/07, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 17 de dezembro 2007, o Ministério da Justiça declarou a posse permanente do povo potiguara da Terra de Monte Mor. De acordo com a cacique da aldeia Monte Mor, a demarcação da aldeia foi feita em agosto de 2009. A aldeia tem 3.187 hectares com aproximadamente 516 famílias cadastradas que corresponde a cerca de 1.628 pessoas.

Nesse contexto destacamos o mais importante processo de reterritorialização do grupo potiguara. Nessa perspectiva não concordamos com Saquet (2003, *apud*, Silva, 2012), para quem, não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga. Em relação ao grupo pesquisado tal reterritorialização ocorreu nos limites do antigo território potiguara, ou seja, quando os potiguara passaram a reivindicar seus direitos, incluindo a posse de suas terras, eles não lutaram por “qualquer” território, mas pelo qual cresceram ouvindo seus ancestrais falarem, esse território que está carregado de significados que não podem ser explicados apenas pelo uso econômico que se pode fazer dele, mas que remete a uma afetividade, uma ligação permeada de sentimentos, o próprio sentimento de pertencimento.

Ao falar sobre o processo de demarcação das terras indígenas, a cacique afirmou que:

Desde o início da invasão da usina aqui é que iniciou-se o processo, foi quando a companhia negociou as terras com a usina e começou o desmatamento e as brigas começaram, pra não acontecer, mas terminou acontecendo, né porque na época a justiça deu favorável pras usinas, porque infelizmente no nosso país, o que a gente vê que o que predomina é o poder aquisitivo (Entrevistado nº 3, entrevista concedida em 02/06/2012).

Sobre as consequências advindas da cultura canavieira em território potiguara Cardoso e Guimarães (2012) falam que “a partir daí as atividades de pesca e mariscagem também

foram prejudicadas, uma vez que as usinas ao despejar o vinhoto nos rios causavam grande mortandade de peixes, crustáceos e moluscos” (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012, p. 17).

Sobre as consequências acarretadas pela introdução da cultura canavieira na área de Monte Mor, a cacique fala que:

Acarretou a falta de saúde, a falta de qualidade de vida mesmo. A qualidade de vida que tínhamos antes passou a ser difícil e diferente, até porque não podia mais plantar as nossas lavouras, quem não tinha condições de saúde pra trabalhar nas usinas ficaram desempregados, aí começou a assoreamento dos rios, começou a diminuir os peixes na maré de quem vivia da pesca e da agricultura já não podia mais ter essa prática (Entrevistado nº 3, entrevista concedida em 02/06/2012).

Com base no depoimento acima, podemos perceber que a introdução da cultura canavieira no território potiguara trouxe consequências não apenas ambientais, como o desmatamento, o assoreamento e poluição dos rios e a intensificação do processo de erosão, mas também problemas sociais e econômicos, uma vez que as áreas de lavouras cultivadas pelos moradores foram tomadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Destacamos também que em função da pouca oferta de emprego na região, muitos moradores passaram a trabalhar para as usinas, vendendo sua força de trabalho em troca de um salário irrisório e sendo submetidos a péssimas condições de trabalho. Juntamos a isso o fato de que algumas pessoas já não podiam trabalhar nessas atividades, e como estavam privadas do uso da terra, foram submetidas a difíceis condições de vida. Essas ações contribuíram para um período difícil da história do povo Potiguara de Monte Mor.

5.3 Degradação da Floresta Atlântica nos dias da emergência étnica do povo Potiguara de Monte Mor

São nítidas as mudanças ocorridas na área desde a demarcação das terras. Hoje encontramos vários imóveis, entre residências e locais comerciais, além de plantações e áreas de pasto. Sobre o uso que pode ser feito das terras da aldeia Monte Mor, a cacique fala que:

Todas as pessoas que moram aqui dentro, que necessitam de espaço, que gostam de trabalhar com agricultura, agente não faz nenhuma objeção que eles trabalhem. Agente separa as áreas de plantio pra que não desmate as áreas que tão com mato, as áreas que já foram soca de cana agente libera, faz cercas coletivas, mas cada um sabe onde tá seu espaço de trabalho, e não tem nenhum conflito com índios ou brancos que trabalham aqui dentro do nosso território (Entrevistado nº 3, entrevista concedida em 02/06/2012).

Frente à necessidade de terreno para trabalhar com culturas da chamada “lavoura branca” (mandioca, macaxeira, feijão, etc.), a cacique conta que dá todo o apoio e até mesmo

consegue máquinas para trabalhar a terra, mas quanto à cultura da cana-de-açúcar esta não é autorizada, mesmo que algumas pessoas da comunidade desejem trabalhar com ela.



Figura 3: Plantação de mandioca

Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013



Figura 4: Criação de animais

Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 29 de outubro de 2012

Cardoso e Guimarães (2012) destacam que por mais desigual que seja a relação existente entre plantadores indígenas e as usinas, para algumas pessoas a lida com a cana-de-açúcar é algo seguro e lucrativo. Vale ressaltar que, em virtude da diminuição da produção da mandioca, a rentabilidade por hectare plantado com essa cultura foi quase à mesma da cana no ano de 2009, e isto tem perdurado nos anos que se seguiram. Além disso, os benefícios financeiros e alimentícios advindos dos subprodutos da mandioca, bem como de outras plantas cultivadas em associação com essa cultura, não são considerados.

Ainda é difícil ajudar as pessoas a compreender o que está envolvido em aderir à cultura canvieira, principalmente em um território indígena onde elas observam isso acontecer, a exemplo do que ocorre na aldeia vizinha, Jacaré de São Domingos, onde uma quantidade relativa da área esta tomada pela cana-de-açúcar.

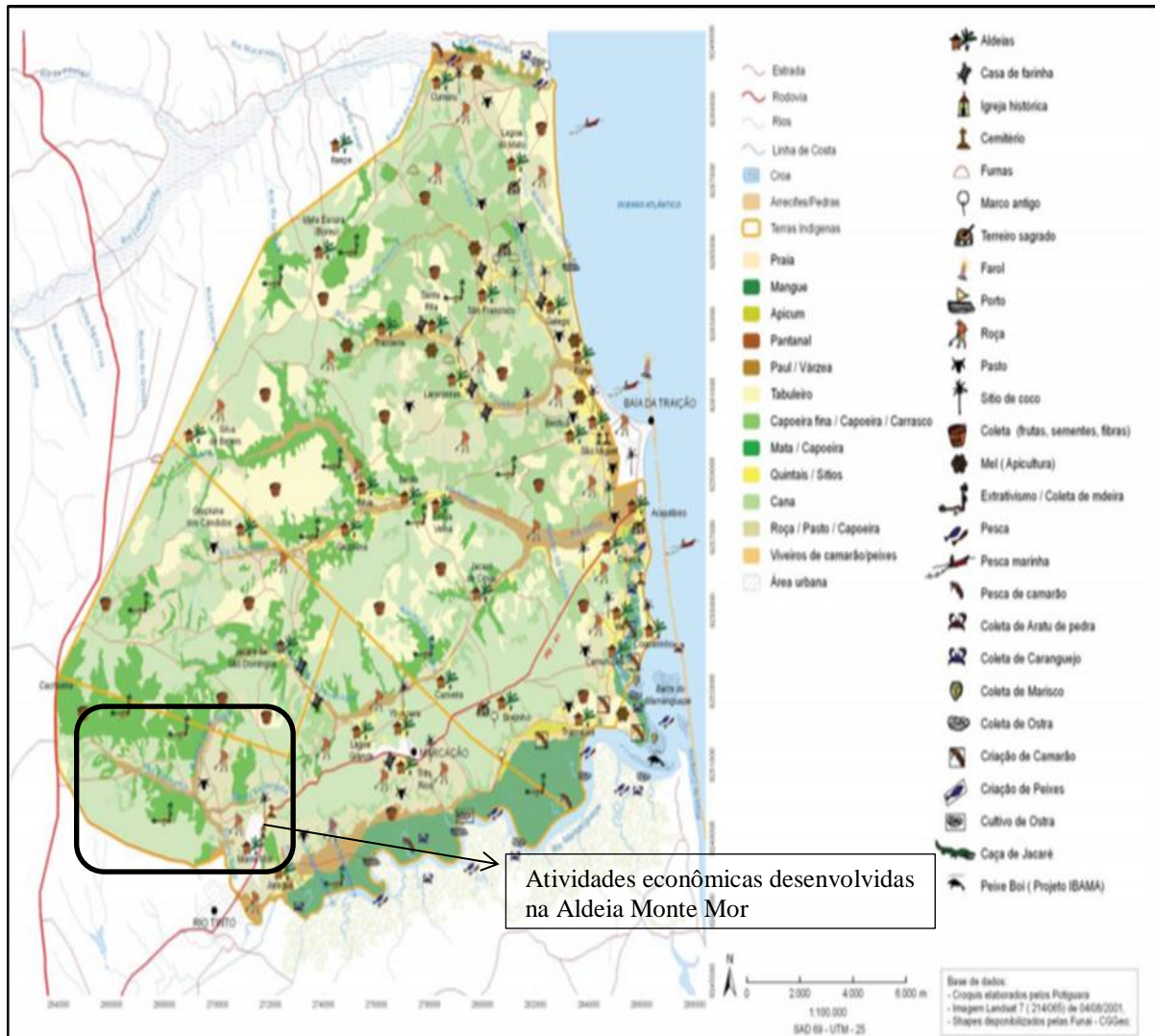


Figura 5: Área de soca de cana próxima à mata do Arrepia
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013



Figura 6: Área de soca de cana
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013

Analisando o mapa 3, podemos observar que as roças, roçados, criação de animais e a pesca constituem a base econômica dos potiguara, no entanto cerca de um terço do território indígena é usado pela cultura canvieira, que acaba por restringir as áreas agricultáveis para o desenvolvimento de culturas como a mandioca, milho e feijão. Através dessa atividade o potiguara passa a fazer parte da lógica do mercado capitalista, enquanto provedor de matéria prima e de mão de obra (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).



Mapa 3: Usos atuais das terras indígenas potiguara

Fonte: Adaptado de: CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. p. 113.

Segundo o mapa 3 percebemos que a agricultura, criação de animais, coleta de frutas, sementes, fibras, e o extrativismo e coleta de madeiras estão entre as principais atividades econômicas desenvolvidas na aldeia Monte Mor.

Segundo dados da FUNAI, as aldeias que se destacam no cultivo da cana-de-açúcar são Estiva Velha, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Forte, São Francisco, Silva de Belém, Grupiúna, Brejinho, Silva e Camurupim. A plantação de cana encontrada na TI Monte Mor pertence a fazendeiros vinculados as usinas que ainda permanecem na área. Algumas áreas de cana encontradas na TI Jacaré de São Domingos ainda pertencem a fazendeiros (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

De acordo com Cardoso e Guimarães (2012) a demarcação das terras indígenas não impediu o avanço da cultura canavieira, o que representa grande ameaça à sustentabilidade do

território, tendo em vista que alguns indígenas se associam com os usineiros no desenvolvimento da cultura. Assim, nas décadas de 1980 e 1990 foram criadas Unidades de Conservação, visando proteger os fragmentos de Mata Atlântica, a exemplo da Reserva Ecológica (RESEC) Mata do Rio Vermelho em 1984, da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Manguezais da Foz do Rio Mamanguape em 1985, da Reserva Biológica (REBIO) Guaribas em 1990 e da Área de Proteção Ambiental (APA) Barra do Rio Mamanguape em 1993.

De acordo com a cacique de Monte Mor

Agente tem uma briga muito grande ainda quanto a desintrusão porque eu entrei com um processo pra que agente pudesse retirar a cana-de-açúcar e substituir por outro tipo de lavoura que aqui agente pretende plantar fruticultura e área de reflorestamento com eucalipto sabiá que são fontes de renda que você protege a terra, cuida do ecossistema e tira a sua renda dali (Entrevistado n° 3, entrevista concedida em 02/06/2012).

A degradação da mata atlântica ocorrida em consequência às atividades desenvolvidas pelas usinas de cana-de-açúcar, se estendeu por ações de pessoas da própria comunidade, tanto indígenas, como não indígenas. Já falamos anteriormente que ao realizar o desmatamento para o posterior plantio da cana-de-açúcar a usina deixou trechos de mata preservados. Esses trechos foram intensamente degradados durante anos por pessoas da própria comunidade. Em virtude disso, alguns trechos praticamente deixaram de existir ou existem apenas pelas poucas árvores que resistem no lugar. Vale salientar que as árvores mais retiradas são as chamadas madeiras de lei, e que por isso são pouco encontradas atualmente. O relato que se segue feito por um indígena, comprova isso.

Eu acabei uma mata já, eu e um bocado de gente fazendo carvão aqui detrás do burro d'água, ali era uma mata grande ali. Eu comecei fazendo carvão ali, agora é mata, deixemo por terra e agora já tá renovada. Aí sai de lá fui lá pro arrepia, o arrepia era uma mata grande, era uma matona grande, ficou por terra, fazendo carvão e roçado e tudo, hoje em dia já pode fazer carvão de novo (Entrevistado n° 4, entrevista concedida em 05/11/12).

Essa atividade foi apontada por Nascimento (2007) como um aspecto negativo frente à luta do povo potiguara para o reconhecimento de seus direitos. Ele nos diz que:

[...] um outro episódio está relacionado à derrubada de árvores da Mata Atlântica, pois se já não bastava o grande desmatamento causado quando do arrendamento das terras pela usina, agora existiam alguns índios que também estavam desmatando uma área de reserva florestal. Os mesmos foram presos pela Polícia florestal. Este episódio levou a uma reportagem exibida pela TV Cabo Branco numa quarta-feira 21 de junho de 2006 e pela imprensa escrita com a reportagem, “acusados de desmatar reserva, índios fazem 2 (dois) refêns e exigem liberdade para presos”, na mesma data (Correio da Paraíba Cidades, pg B-1). Segundo alguns indígenas, acontecimentos como esse só faz com que o reconhecimento e homologação do processo das terras indígenas pelas autoridades, seja dificultado (NASCIMENTO, 2007, p.24).



Figura 7: Trecho da Mata do Arrepia

Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013

Na entrevista concedida pelo indígena que explora recursos madeireiros ele explica que recorre a esta atividade porque não tem outra oportunidade, nas palavras do próprio “se tivesse um recurso nem pra mata eu ia” e admite que se surgisse um bom emprego ele deixaria essa atividade. A exploração da mata é sua principal, e às vezes única fonte de renda. Através dessa atividade ele consegue sustentar a família. Mas afirmou que trabalharia com agricultura, principalmente, com a cana-de-açúcar, se tivesse as ferramentas e máquinas necessárias, como um motor de irrigação. Essa fala do entrevistado remete ao que afirmam Cardoso e Guimarães (2012) quando abordam que “alguns potiguara consideram a falta de opção de sobrevivência como motivo para a pressão sobre os fragmentos” (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012, p. 37).

Quanto ao destino da madeira que retira, ele afirma que: “É madeira pra fazer telhado né, e às vezes eu tiro sucupira (*Pterodon emarginatus*), jitaí (*Hymenaea courbaril*) pra vender aos caba da serraria, tudo isso. E faço carvão pra assim as casa que tem depósito” (Entrevistado nº 4, entrevista concedida em 05/11/12).

Segundo o indígena ele é o que mais vende para as serrarias, e que essa forma de comercializar a madeira é a mais lucrativa. As serrarias são de fora, do Estado do Rio Grande do Norte. Ele afirma que vale a pena, pois se levar toda semana uma viagem chega a ganhar uma média de um mil reais, e mesmo depois de pagar o transporte da madeira, ainda fica com uma boa quantia.

Já levo daqui escondido, é perigoso muito. Já fui pego por um fiscal. O fiscal disse: eu não quero isso aqui não, quero carga roubada, carga de cimento, carga de outra madeira. Agente conversa, o fiscal tem pena de nós, aí vai e libera nós. Já fui pego umas quatro vezes. Eu saio daqui só pra Natal. Eu levo pra Natal passa por fora de posto, vai escondido dentro das cana, vai sair em Natal, desviando os posto fiscal. (Entrevistado nº 4, entrevista concedida em 05/11/12).

Analisando o depoimento do indígena podemos destacar alguns pontos pertinentes. Primeiro, a madeira que geralmente vai para as serrarias são madeiras nobres, em risco de extinção nessa área. Segundo, destacamos a negligência daqueles que se espera que tomem uma decisão correta, mas que simplesmente fecham os olhos para a realidade.

De acordo com o indígena a mata ainda tem muita madeira e que não se acaba “o que acaba é se você pegar a motosserra e cortar o pau, aí acaba aquele pau” (Entrevistado nº 4, entrevista concedida em 05/11/12). Podemos observar essa postura na entrevista cedida a Cardoso e Guimarães (2012) por um morador da aldeia Três Rios, que afirmou que:

Porque o índio... eu tenho em minha mente que o índio nunca ia acabar as mata. Porque você corta no machado de repente nasce a outra moita. O que acaba é a motosserra e o trator. Eu me lembro que papai fazia um roçado aí arrancava a roça aí ali já não plantava mais. Quando começava a dar fraca aí fazia o roçado em outro canto. Quando dava fé tava virado capoeira de novo. Logo, logo dava vara, caibro” (entrevista cedida a CARDOSO & GUIMARÃES, 2012, p. 77-78).

Segundo o indígena, ele atualmente retira madeira das matas do arrepia, da fazenda Rio Vermelho, e às vezes vai até a aldeia de Jacaré de São Domingos. Por mês chega a retirar uma quantidade que varia de 40 a 60 toros para as serrarias. A quantidade total de madeira que retira durante um mês também varia de acordo com as encomendas que recebe para os telhados das casas, bem como a utilizada no fabrico do carvão. Segundo ele para fazer uma boa carvoeira chega a se usar 10 m³ de lenha. Ele fala que tem muita gente que retira madeira para fabricar carvão, numa média de 15 pessoas. Esse trabalho não é contínuo, uma vez que algumas dessas pessoas recorrem a essa atividade quando estão desempregadas.

Em estudo realizado nas terras indígenas potiguara com base no conceito popular indígena, Cardoso e Guimarães (2012) identificaram os ambientes da área, inclusive, alguns intensamente manejados, dentre eles, os canaviais (cerca de 10.000 hectares), áreas de capoeira⁴, roças, pastos (aproximadamente 5.100 hectares), capoeiras finas⁵ e carrasco⁶ (cerca de 4.800 hectares) e quintais e sítios (cerca de 1.300 hectares). A área de florestas de maior porte e tabuleiros⁷ corresponde a 8.400 hectares e o paũ⁸ a cerca de 1.900 hectares. A localização desses ambientes pode ser observada no mapa 4.

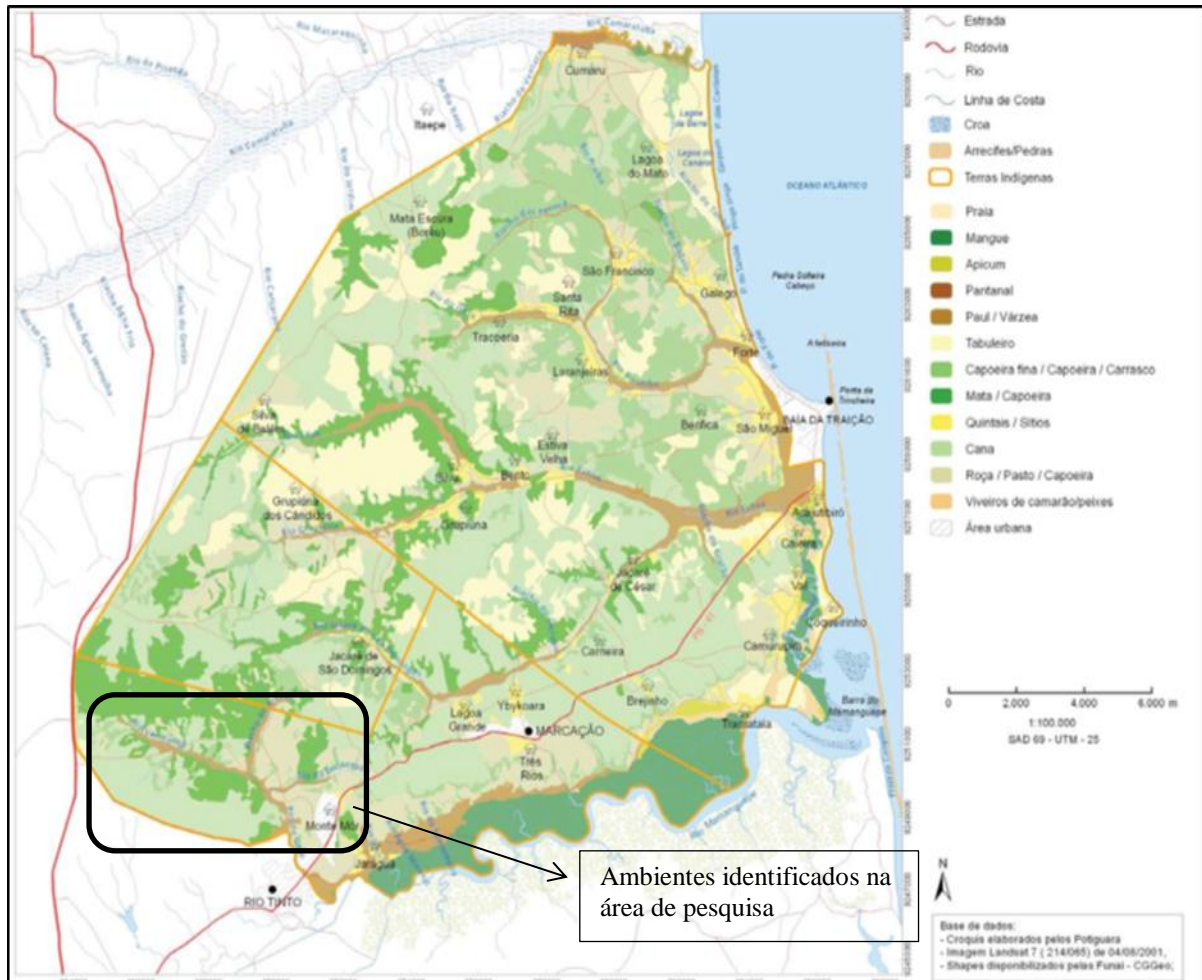
⁴ Termo indígena que refere-se ao processo de recomposição da vegetação após a abertura de uma área de mata, tabuleiro ou de capoeira mais antiga para a agricultura.

⁵ Área em processo de recomposição da vegetação já com a presença de árvores com caules finos, mas ainda com muitos arbustos.

⁶ Ambiente caracterizado como zona de transição entre a mata e o tabuleiro. Possui vegetação com porte mais baixo, com árvores de troncos finos e retorcidos.

⁷ Ambiente encontrado nas chãs e próximo às praias. Sua principal característica é ter espécies indicadoras como a mangabeira (*Hancornia speciosa*)

⁸ Termo Tupi-guarani que significa “estar no meio de”. Ambiente de área alagável, encharcada durante alguns períodos do ano ou após chuvas intensas. É encontrado no entorno dos rios e córregos.



Mapa 4: Ambientes Identificados nas TIs Potiguara

Fonte: CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. p. 111.

Analisando o mapa 4 observamos que os principais ambientes encontrados na aldeia Monte Mor são a mata, capoeira fina, capoeira, carrasco, cana-de-açúcar, roça e pasto.

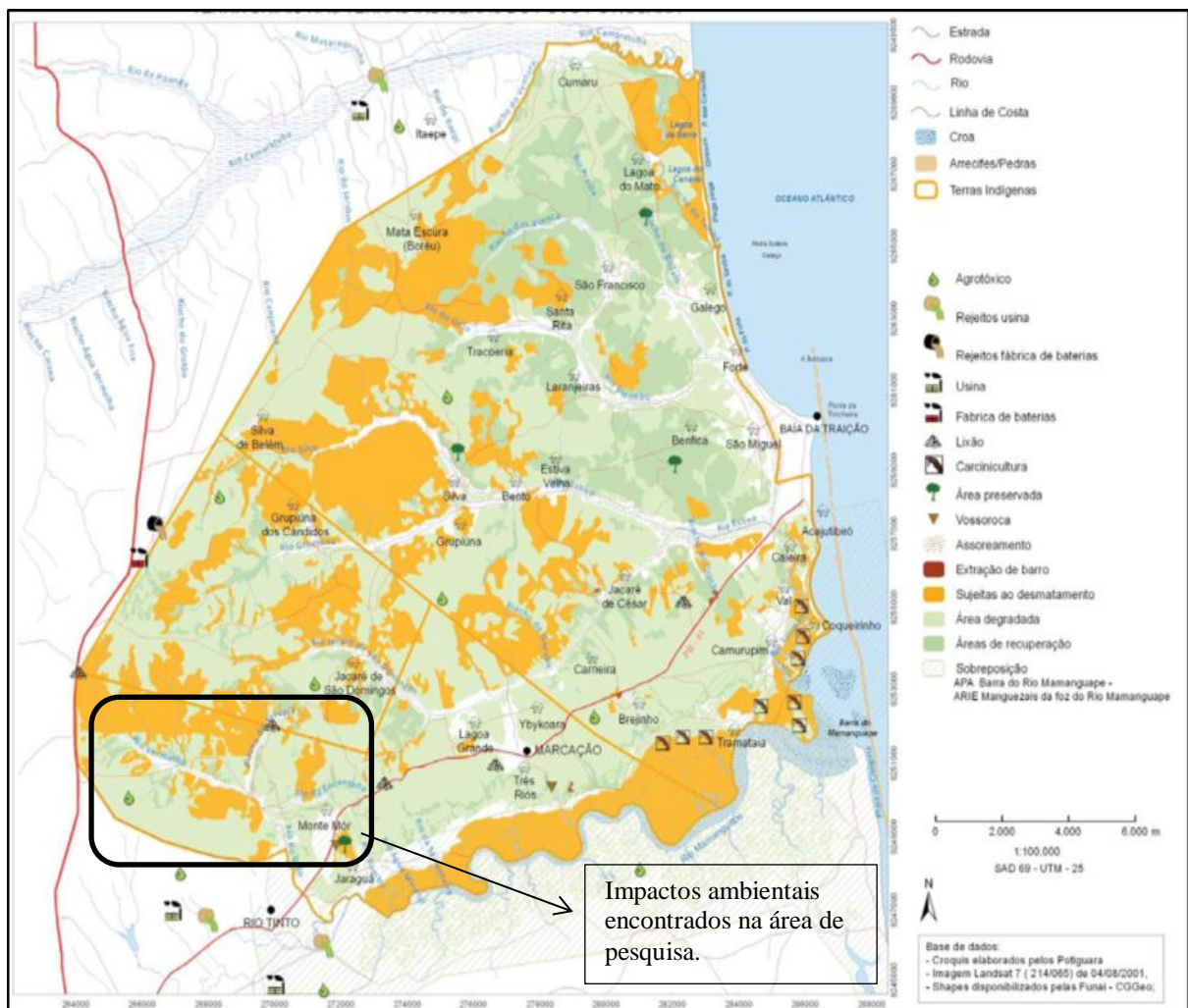
Sobre as matas Cardoso e Guimarães (2012), afirmam que:

É formada por paus (árvores) de médio a grande porte, além de emergentes que podem alcançar tamanhos maiores. Os fragmentos de matas remanescentes são encontrados no interior das grotas, baixios, nas encostas de morros ou formando pequenas ilhas no interior do território indígena. Algumas espécies são indicadoras deste ambiente segundo a percepção dos indígenas, representadas por espécies como: massaranduba (*Manilkara salzmanii*), pau d'arco (*Tabebuia sp.*), louro (*Ocotea sp.*), goiti (*Couepia sp.*), jitaí (*Apuleia sp.*), Sucupira (*Bowdichia virgilioides*), gameleira (*Ficus sp.*), jequitibá rosa (*Cariniana legalis*), pau brasil (*Caesalpinia echinata*), amesca (*Protium heptaphyllum*), imbirá (*Xylopia sp.*), imbiribida (*Buchenavia capitata*), dentre outras (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012, p. 35).

De acordo com a cacique, o desmatamento tem diminuído na área em virtude da iniciativa social implantada na aldeia, que envolve redirecionar as pessoas que vivem dessa atividade pra trabalhar em outros setores. Apesar de ser uma iniciativa elogiável, infelizmente

nem todas as pessoas aderem a essa política, tendo em vista que cerca de 18 pessoas ainda continuam na prática de retirar madeira das matas. Segundo a cacique a maior parte dessas pessoas não é indígena. Atentamos para a questão financeira do problema, uma vez que algumas pessoas não consideram a agricultura uma atividade rentável, e também porque a quantia que se ganha vendendo a madeira para as serrarias, que atualmente é um dos principais destinos da madeira retirada da mata, é um valor considerável.

No mapa 5, podemos observar os impactos ambientais identificados nas TIs potiguara, como a categoria “áreas degradadas” que se refere a áreas em que a vegetação original foi retirada em função de ações da CTRT e posteriormente, das usinas.



Mapa 5: Impactos e Conflitos Ambientais e Territoriais nas TIs Potiguara

Fonte: *Adaptado de:* CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. p. 115.

Fazendo uma análise dos mapas 3 e 5 observamos que a exploração das áreas de resquícios de floresta já contribuiu para que essas áreas fossem consideradas como sujeitas ao desmatamento. Isso deve ser visto como um sinal de alarme da situação em que esses

resquícios se encontram. Se nada for feito essas áreas se juntaram a categoria de áreas degradadas. A categoria “áreas sujeitas ao desmatamento” se refere a áreas de mata, tabuleiro ou carrasco que sofrem com a extração da madeira, produção de carvão ou expansão dos cultivos agrícolas, como a cana-de-açúcar. Essas áreas também são consideradas como vulneráveis as queimadas que acontecem no processo de corte e queima da cana ou implantação de roçados (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

De acordo com a fonte supracitada, nas áreas de Monte Mor e Jacaré de São Domingos o problema da degradação ambiental gira em torno da exploração de madeira nas últimas reservas de mata do território. Além disso, devido à facilidade do acesso aos fragmentos da Mata do Rio Vermelho (Reserva) e dos que se encontram próximos à BR 101, a exploração também ocorre por invasores.

As matas, capoeiras, carrascos e manguezais constituem importantes locais de extração de madeira para construção de casa (caibros, linhas, esteios), cercas, artes de pesca, balaios, cabos de enxada e machado, e no fabrico de carvão. A retirada da mata visando sua venda é considerada como prejudicial à sustentabilidade do território. Frente a isso, alguns são a favor da proibição desse tipo de manejo (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

O fabrico do carvão é uma atividade presente em praticamente quase todas as aldeias, o que não significa que todas produzem em grande quantidade, uma vez que muitas famílias produzem carvão para consumo próprio ou para complementar a renda familiar. Para produzir o carvão, uma área de mata é escolhida para ser derrubada e já próxima a ela é feita a carvoeira (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).



Figura 8: Margem degradada do rio da Sementeira
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013



Figura 9: Trecho assoreado do rio da Sementeira

Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013

Segundo Cardoso e Guimarães (2010), nas TIs potiguara a erosão pode ser encontrada na forma de ravinas e pequenas voçorocas. A erosão lava os solos e transporta sedimentos para os rios e demais corpos de água. Concorrem para a erosão o mau uso da terra e o desmatamento, cujas consequências incluem o assoreamento dos córregos, rios e lagoas. Em face do assoreamento os principais rios que cortam as TIs foram dragados.

Nas TIs Potiguara e Monte Mor estão inseridas as unidades de conservação ARIE da Foz do Rio Mamanguape e APA da Barra do Mamanguape que compreende territórios das aldeias Acajutibiró, Caieira, Val, Camurupim, Tramataia, Brejinho, Três Rios, Jaraguá e Monte Mor. Na TI Monte Mor há também a RESEC do Rio Vermelho, onde há conflitos principalmente em virtude da extração da madeira (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

A APA foi instituída pensando-se na conservação do habitat, proteção do Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), além de outras espécies demasiadamente exploradas, como também para a conservação dos remanescentes de manguezal e mata atlântica e promoção do uso sustentável dos recursos, o que exige certas restrições quanto ao uso desses recursos. A atuação do órgão que faz a fiscalização da APA é questionada, sendo muitas vezes desrespeitada pelos potiguaras. Isso se deve, sobretudo, a falta de diálogos sobre a gestão dos recursos naturais, bem como ao fato de a ocupação indígena anteceder a implantação da APA (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

De acordo com a fonte supracitada, o intenso cultivo da cana fez com que a diversidade biológica e os nutrientes do solo diminuíssem consideravelmente. As queimadas para introdução da cana-de-açúcar acabaram com relativa área de matas e tabuleiros. A

retirada da floresta, seja pelas usinas ou por membros da comunidade local, contribuiu para a erosão, compactação do solo e assoreamento dos cursos d'água.



Figura 10: Voçoroca na área da aldeia Monte Mor
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013



Figura 11: Voçoroca na área da aldeia Monte Mor
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013

5.4 Algumas estratégias para conservação de remanescentes florestais e recuperação de áreas degradadas

Podemos estabelecer um ponto em comum na fala dos entrevistados, da cacique e do indígena que explora a mata. Trata-se de como o reflorestamento está diretamente ligado à economia, ou seja, a prática de recuperação de áreas degradadas associado ao desenvolvimento econômico.

Estamos cientes de que não seria possível manter os atuais padrões de consumo sem a utilização dos recursos naturais, mas atentamos para o grau acentuado de devastação que a sociedade capitalista tem empreendido no meio ambiente e a falta de normatização, bem como de fiscalização das atividades econômicas (GIANSANTI, 1998).

Assim concordamos com Malheiros (2001, *apud*, Almeida, 2007) para quem o conceito de sustentabilidade envolve uma combinação balanceada entre meio ambiente e desenvolvimento, abrangendo as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Onde, cada uma dessas dimensões é interdependente. Assim sendo, qualquer alteração em uma delas acarreta alterações em todas elas (ALMEIDA, 2007).

De acordo com Giansanti (1998), os esforços em prol da conservação e recuperação do que restou da bela e exuberante floresta que outrora se estendia por todo o litoral do Brasil, se justifica por sua biodiversidade, uma vez abriga cerca de dez mil espécies de plantas, 131 de mamíferos, 160 de aves, 183 de anfíbios e 143 de répteis. A floresta contribui para o equilíbrio dos ciclos da água, térmicos, de energia e nutrientes.

As estratégias de conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica fazem parte de um conjunto de alternativas de ações que devem ser flexíveis, criativas, adaptadas as situações concretas e a capacidade dos agentes envolvidos. Tomando por base os estudos de Lino e Bechara (2002) apresentamos a seguir algumas estratégias e instrumentos pertinentes à preservação da Mata Atlântica.

- Integração regional das Unidades de Conservação e ampliação do conceito de Áreas Protegidas;
- Preservação de espécies;
- Denúncias de agressão ambiental;
- Realização de campanhas de conscientização e mobilização;
- Encontros e seminários;
- Desenvolvimento de pesquisa;
- Elaboração e contínuo aperfeiçoamento da legislação ambiental;
- Determinação de áreas prioritárias e implantação de projetos-piloto;
- Captação de recursos;
- Formação de quadros, integração e fortalecimento institucional;
- Ordenamento territorial e zoneamento ambiental;
- Ações na Justiça;
- Licenciamento ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA ;
- Incentivos à conservação;
- Políticas públicas de valorização;
- Atuação de órgãos responsáveis;
- Recuperação de áreas degradadas.

O conceito de degradação ambiental está baseado nas modificações acarretadas pela sociedade nos ecossistemas naturais, provocando alterações em suas características físicas, químicas e biológicas, o que acaba por comprometer a qualidade de vida dos seres humanos (NOFFS, *et al.* 1996).

Na aldeia Monte Mor há iniciativas de projetos a serem executados pela Associação Indígena Potiguar de Monte Mor – ASSIPOMOR com recursos do projeto Carteira Indígena, como o reflorestamento das margens da Lagoa da Encantada, apicultura na mata do Burro d'água, aviário próximo aos locais de roça, para que as fezes das aves sejam utilizadas na própria roça; e fruticultura em áreas de recuperação em margens de rios (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).



Figura 12: Nascente do Rio da Encantada
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 29 de outubro de 2012



Figura 13: Horticultura desenvolvida no entorno do Rio da Sementeira
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013

Além disso, a ASSIPOMOR desenvolve atividades com recurso próprio, recurso este que vem do pagamento mensal efetuado pelos associados, como a implantação de hortas orgânicas pelas famílias que recebem o benefício. Para o reflorestamento existe a preferência pelas frutíferas porque elas possuem valor comercial. Já o uso de espécies nativas com vistas de promover apenas o reflorestamento não é visto como uma opção viável (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

A ASSIPOMOR recebeu da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMEPA cerca de 3.000 mudas de frutíferas, que são plantadas nos roçados localizados nas margens de rios, objetivando assim sua revitalização. As mudas são distribuídas às famílias que além de plantar a cultura tradicional do roçado, plantam também as mudas. Aos poucos essas áreas vão estar tomadas pelas árvores. Frente a isso os agricultores terão que cultivar em áreas cada vez mais distantes da margem do rio (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

Agente já conseguiu delimitar as áreas, agente já tem quase trinta metros já de margem de proteção de margem, porque quando a usina plantou a cana-de-açúcar ela simplesmente tirou toda a margem e plantou na beira do rio, então agente já retirou aquela parte de cana e já fez a reposição jogando algumas sementes, porque elas brotam por elas mesmas, então agente já tá recuperando as áreas. É desse rio que abastece, principalmente, a cidade. Agente já delimitou as áreas de roçado, principalmente os que começavam na margem do rio, e começamos a soltar mudas, pra que eles reflorestassem sem perceber, porque se você for fazer uma imposição, não funciona (Entrevistado nº 3, entrevista concedida em 02/06/12).

A fruticultura é uma atividade que recebe grande incentivo por parte das lideranças de Monte Mor. Próximo ao rio da Sementeira há uma plantação de mamão com cerca de 3 hectares, onde trabalham algumas famílias. Mas, há um projeto de reflorestamento com espécies nativas aguardando recursos (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).



Figura 14: Cajueiros plantados em roçados localizados no entorno do Rio do Gelo
 Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 17 de janeiro de 2013

Nas aldeias Cumaru e Monte Mor há o Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com o objetivo de difundir ações integradas de desenvolvimento e inserção social, de educação para memória, cultura e cidadania (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012).

Apesar dos esforços para restringir a exploração dos remanescentes de floresta atlântica na aldeia Monte Mor, ainda ocorrem várias agressões ao meio ambiente. Se ações de proteção e recuperação de áreas florestais por meio da imposição não funcionam, há que se pensar em outras possibilidades.



Figura 15: Área desmatada as margens do Riacho do Arrepiá
 Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013



Figura 16: Área de criação de animais na margem do Riacho do Arrepia
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013



Figura 17: Roçado na margem do Riacho do Arrepia
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013



Figura 18: Toros de árvores da mata do Arrepia
Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora em 06 de fevereiro de 2013

De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro (2010), Manejo Florestal Sustentável é a gestão da floresta visando à obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, desde que sejam respeitados os mecanismos de sustentação do ecossistema e considerados cumulativa ou alternativamente a utilização de múltiplas espécies madeireiras, além de outros bens e serviços de natureza florestal.

A estratégia de se reflorestar áreas de margens de rios com frutíferas de modo sutil, distribuindo essas mudas para as famílias que cultivam nessas áreas, é uma boa estratégia. No entanto, melhor do que recuperar áreas através de ações sutis, é recuperar segundo a intenção de cada agente envolvido.

Assim, é preciso pensar em estratégias e instrumentos que incitem a própria comunidade a preservar, a cuidar de um bem que pertence a todos, e como tal tem de ser cuidado por todos. Se a atividade de extração madeireira significa o sustento de algumas famílias, há que se pensar em como essa extração pode ser feita de forma sustentável, ou ainda, oferecer outras oportunidades a essas pessoas.

Algumas pessoas ainda prosseguem na destruição de margens de rios, seja para a implantação de roçados, criação de animais ou para usar os recursos madeireiros. Uma boa alternativa seria o constante diálogo envolvendo os órgãos federais que cuidam da questão indígena, da problemática ambiental, a liderança indígena e a comunidade local, sobretudo, com os envolvidos em atividades associadas aos recursos florestais, para que por meio do diálogo, da educação e fiscalização, possa se chegar a um denominador comum, uma forma que não prive os que sobrevivem desta atividade de garantir o seu sustento, mas que essa ação possa ser sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após exposição dos aspectos pertinentes que contribuíram para a degradação da floresta atlântica na aldeia Monte Mor, podemos concluir que antes da chegada da família Lundgren, essa área era habitada por indígenas potiguara que viviam em casas de taipa e recorriam a agricultura de subsistência, a pesca e aos recursos florestais para garantir a sua sobrevivência.

Nessa época, havia extensas florestas que aos poucos foram derrubadas para ceder lugar a Atlântida Fábrica Regina (vinculada a CTRT), e aos arruados de casas. Isso aconteceu após a compra das terras dos indígenas que aceitaram fazer acordo com o coronel Lundgren, bem como da tomada forçada das terras dos que não se propuseram a isso. É então que ocorre o mais importante processo de desterritorialização do povo potiguara, já que seu território passou por profundas mudanças tanto materiais como imateriais.

Com a falência do empreendimento desenvolvido pelos Lundgren, várias pessoas ficaram desempregadas, inclusive indígenas. Uma das alternativas foi à venda ou arrendamento de grande parte de suas terras aos produtores de açúcar e álcool. Foi então que significativa área de floresta da aldeia Monte Mor foi intensamente destruída. Algumas áreas de florestas foram deixadas pelas usinas. Essas áreas foram ao longo dos anos degradadas por pessoas da comunidade de Monte Mor, tanto índios como não índios para o fabrico de carvão, construção civil, venda para serrarias etc.

Paralelo a estes acontecimentos, os índios potiguara lutavam pelo reconhecimento de seus direitos, bem como de suas terras, que no Estado da Paraíba compreendem três Terras Indígenas, nas quais estão as várias aldeias, entre elas, a aldeia Monte Mor, demarcada no ano de 2009. Com a retomada das terras indígenas, quando então destacamos o mais importante processo de reterritorialização do povo potiguara, a cultura canavieira não podia mais ser desenvolvida. No entanto, isto prossegue e em dimensão tamanha, que em muitas aldeias praticamente não há espaço para o cultivo de outras culturas.

Séculos de convívio (pacífico ou não) com outros povos e culturas, fizeram com que os índios assumissem novos valores e novas perspectivas. Já não é mais retirado da natureza apenas o necessário para a sobrevivência. Não se tem mais o conceito de coletividade e o desapego dos bens materiais. O índio potiguara está inserido na lógica capitalista, adotando o padrão de consumo que este possui. No entanto, essas mudanças não acabaram por completo com as características culturais dos potiguara. Assim, a oca não é mais usada como habitação, mas como símbolo da emergência étnica, da retomada das terras, do resgate cultural e lugar de

cerimônias especiais, como quando os potiguara se vestem e se adornam como seus antepassados. Isso também é feito quando o grupo reivindica algum direito.

Muitas mudanças ocorreram na aldeia Monte Mor desde sua demarcação. Podemos falar que é tempo de novas possibilidades. Muitos estabelecimentos comerciais foram abertos, as residências se multiplicaram, as áreas de roçado e criação de animais aumentaram. Todos que residem na aldeia e que queiram trabalhar com a terra podem ter acesso a ela. No entanto, a cultura canavieira não é permitida, muito embora algumas pessoas desejem aderir a ela, envolvidos ou iludidos com a rentabilidade que esta pode proporcionar.

Assim, a rica e extensa floresta atlântica que existia no território de Monte Mor, foi degradada em função do capital industrial, agroindustrial e por membros da própria comunidade local. Essas ações contribuíram para várias perdas para o meio ambiente, como a erosão, compactação do solo e assoreamento de rios e cursos d'água, que direta ou indiretamente afetam a vida de todos da comunidade.

O atual padrão de consumo não permite que recursos naturais permaneçam inalterados. Além disso, o ritmo desse consumo é totalmente desproporcional ao ritmo de regeneração da natureza. É então que entra em cena o conceito de sustentabilidade, que deve ser posto em prática considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Já existem iniciativas que contribuíram para a redução do desmatamento dos fragmentos florestais da aldeia Monte Mor, bem como de sua recuperação.

No entanto, muito há o que se fazer, pois esses remanescentes se encontram em avançado grau de degradação. Assim, ações devem ser pensadas através de intenso diálogo envolvendo os órgãos federais que se preocupam com a questão indígena, bem como pelos que se dedicam à preservação do meio ambiente, a liderança da aldeia e a comunidade local, sobretudo, com os envolvidos em atividades de extração de recursos florestais, para que possam trabalhar de forma sustentável, garantindo a conservação dos resquícios de mata Atlântica existentes na aldeia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Gomes de. O Ordenamento Territorial e a Geografia Física no Processo de Gestão Ambiental. In: Santos, Milton (*et al*) **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 333-351.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Recife: FJN, Editora Mossangana, 2003. 248 p.

_____, Manuel Correia de. **A Trajetória do Brasil: de 1500 a 2000**. São Paulo: Contexto, 2000.

BARROS, Amélia Farias Panet. Rio Tinto – História, Arquitetura e Configuração Espacial. In: _____ (*et al.*). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. 1 ed. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002. 161 p.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. 107 p. il.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Org.). **Quem faz o que pela Mata Atlântica – 1990-2000: projeto avaliação dos esforços de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da. **A Dinâmica da Organização do Espaço na Região do baixo Mamanguape – Litoral Norte do Estado da Paraíba**. Recife: O Autor, 2010. 260 p.

COSTA, José Pedro de Oliveira. **Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa MaB – UNESCO**. Caderno nº 6. São Paulo: Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1997.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Revista Sociedade & Natureza**. v. 22, nº 1, 2010. p. 165-180.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio e BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. **Cad. CRH**. v. 23, nº 59, 2010. p. 385-400.

FONSECA, Helen Nunes Cosmo da, & LIMA, Edvaldo Carlos de. O Setor Sulcro-Alcooleiro e as Transformações do Trabalho: Terra de Quem? In: **IX Jornada do Trabalho. Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a**

sociedade para além do capital. UFG, Catalão-GO. 10 a 13 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/IXJornada/HELEN%20Fonseca.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32 ed. São Paulo: Nacional. 2003 (Coleção Biblioteca Universitária, Série 2; Ciências Sociais, Volume 23).

GUEDES, Maria Lenise; BATISTA, Milson dos Anjos; RAMALHO, Mauro; FREITAS, Hermínia Maria de Bastos; SILVA, Eduardo Mendes da. Breve Incursão sobre a Mata Atlântica. In: FRANKE, Carlos Alberto (*et al.*) (orgs.). **Mata Atlântica e Biodiversidade.** Salvador: Edufba, 2005. p. 39-92.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável.** 3 ed. São Paulo: Atual, 1998. 111 p.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: SANTOS, Milton (*et al.*) (orgs.) **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

Lei da Mata Atlântica: Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, resolução CONAMA nº 3888, de 23 de fevereiro de 2007. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007. 54 p.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na Zona da Cana nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.** Recife: O Autor, 2011.

LINO, Clayton Ferreira; BECHARA, Érica. **Estratégias e Instrumentos para Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável na Mata Atlântica.** São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica; Fundação SOS Mata Atlântica, 2002.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009, 217 p.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **O Trabalho de Campo como Caminho Metodológico: Testemunhos e Interpretações de uma Marcha Indígena Potiguara.** **OKARA: Geografia em debate**, v. 2, nº 1, p.38-54, 2008.

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/2611/2701>. Acesso em: 29 de janeiro de 2013.

MELLO, José Octávio de Arruda. Arqueologia Industrial e Cotidiano em Rio Tinto. In: BARROS, Amélia de Farias Panet (*et al.*). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. 1 ed. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002. 161 p.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1995.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Maris (Orgs.). **Etnohistória dos Índios Potiguara**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992, 410 p.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; PENHA, João Pereira da & PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. A Visão dos Atores Sociais Sobre a Crise do Emprego Rural na Zona Canavieira da Paraíba. **Revista da ABET** (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), v. I, nº 1, 2001.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº110, 2012. p. 213-240.

NASCIMENTO, Ednaldo Genuíno do. **Aldeia Monte Mór ou Bairro Vila Regina: índios e não índios, uma comunidade dividida e seus novos aspectos culturais**. Monografia, Guarabira: CH/UEPB, 2007.

NOFFS, Paulo da Silva; GALLI, Luiz Fernando; GONÇALVES, Janio Carlos. **Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica: Uma Experiência da CESP – Companhia Energética de São Paulo**. Caderno nº 3. 1 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1996.

RAMOS, Leandro da Silva. **“Sou Tupã, sou Potiguara”: as músicas indígenas como metodologia do ensino de geografia**. Monografia. Guarabira: UEPB/CH, 2010. 46 p.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Florestas do Brasil em Resumo – 2010: dados de 2005 – 2010**. Brasília: SFB, 2010. 152 p., il.

SILVA, Márcia Vieira da. **Reterritorialização e Identidade do povo Amágua-Kambeba na aldeia Tururucari-Uka**. Dissertação de Mestrado. Orientador (a): Prof^a Dr^a Amélia Regina Batista Nogueira. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012. 153 p. il.

SILVA, Marta Gomes da. **Conflitos Territoriais no Município de Rio Tinto/PB: o caso da retomada das terras da aldeia Monte – Mor**. Monografia, Guarabira: CH/UEPB, 2010.

TERTULIANO, Sylvia Sátyro Xavier. **Estrutura e Dinâmica de uma população de *Caesalpinia echinata lam.* (Pau Brasil) no Litoral Norte da Paraíba: Uma perspectiva para a conservação da espécie**. Dissertação de Mestrado. Orientador (a): Maria Regina de Vasconcellos Barbosa. João Pessoa, 2006. 100 p. il.